

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO
ORÇAMENTO MULHER
DO DISTRITO FEDERAL
Autoria: CFEMEA

2009

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO
ORÇAMENTO MULHER
DO DISTRITO FEDERAL

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Brasília, setembro de 2009

SUMÁRIO

Apresentação	4
Introdução.....	6
TEMA: Direitos Humanos e Cidadania.....	12
Programa 0196 - Reestruturação do Sistema Penitenciário.....	14
Programa 1450 - Brasília sem Homofobia.....	15
Programa 1501 - Defesa e Garantia dos Direitos Humanos	16
Programa 1502 - Defesa e Garantia dos Direitos da Mulher	17
Programa 1504 - Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.....	20
Programa 1505 - Erradicação do Trabalho Infantil.....	22
Programa 1506 - Proteção à Adolescência	23
Programa 2400 - Resgate Social com Desenvolvimento e Promoção Comunitária	23
Programa 2411 - Proteção e Amparo ao Idoso	24
Programa 2600 - Segurança em Ação.....	24
Tema: Educação e Cultura	26
Programa 0140 - Projetos Especiais de Ensino.....	26
Programa 0142 - Educando Sempre.....	27
Programa 0164 - Escola de Todos Nós	29
Programa 1250 - Erradicação do Analfabetismo.....	30
Programa 1300 - Difusão e Promoção Cultural.....	32
Ação 2007 Promoção de Atividades Culturais.....	32
Ação Construção de Centro Cultural	32
TEMA: Gestão.....	33
TEMA: Habitação e Desenvolvimento Urbano.....	38
TEMA: Proteção Social	41
Programa 0169 - Promoção Comunitária	41
Programa 0208 - Proteção Social a Indivíduos e Famílias.....	42
Programa 1461 - Proteção Social Básica.....	43
Programa 1462 - Proteção Social Especial.....	48
Programa 1464 - Responsabilidade Social e Segurança Alimentar.....	49
Programa 1750 - Vida Melhor	50
Programa 2403 - Proteção e Cuidado Infantil	52
Programa 2409 - Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais	52

TEMA: Saúde	53
Programa 0211 - Assistência Farmacêutica	53
Programa 0214 - Modernização e Adequação do SUS/DF	53
Programa 0400 - Atendimento Médico-Hospitalar e Ambulatorial	55
Programa 2418 - Assistência a Saúde Mental.....	59
Programa 5000 - Atenção Primária em Saúde.....	59
TEMA: Trabalho e Renda	62
Programa 1000 - Desenvolvimento Científico e Tecnológico.....	63
Programa 1100 - Desenvolvimento dos Agronegócios.....	63
Programa 1316 - Desenvolvimento Social da área Rural.....	63
Programa 1453 - Economia Solidária em Desenvolvimento	64
Programa 1458 - Programa Trabalhador Master	64
Programa 1463 - Qualificação Social e Profissional.....	65
Programa 1466 - Fomento ao Emprego, Trabalho e Renda.....	65
Programa 3900 - Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.....	66

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que o CFEMEA apresenta o estudo sobre o Orçamento Mulher no Distrito Federal. Ele é resultado de uma parceria realizada entre CFEMEA e Criola¹ que, com o apoio da Fundação AVINA e do MDG3 Fund, busca ampliar a participação das mulheres no monitoramento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. E sabemos que, para monitorar as políticas públicas, é preciso antes conhecê-las.

Para conhecer e acompanhar as políticas para as mulheres o CFEMEA utiliza, desde 2002, a metodologia do Orçamento Mulher em nível federal. A partir de uma análise do conjunto das políticas públicas, é feita uma seleção daquelas que atendem direta ou indiretamente às necessidades específicas das mulheres e que impactam as relações de gênero e de raça.

O presente estudo foi elaborado a partir da aplicação dessa metodologia no Orçamento do Distrito Federal, resultando, portanto, no Orçamento Mulher do Distrito Federal (OM/DF), uma seleção de 47 programas governamentais que atendem aos critérios já mencionados e representam 45% dos programas do orçamento do GDF.

Esses programas foram divididos em sete áreas temáticas (Direitos Humanos e Cidadania, Educação e Cultura, Gestão, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Proteção Social, Saúde, Trabalho e Renda). Neste estudo, eles são analisados do ponto de vista dos recursos orçamentários para 2009 (execução até abril), de sua execução em 2008, e com dados sobre sua execução física. O presente estudo traz, portanto, informações qualificadas para mostrar como vêm sendo efetivados os programas governamentais selecionados para o Orçamento Mulher.

Porém, este é apenas o primeiro passo. O Orçamento Mulher do DF possibilitará que o movimento de mulheres acompanhe, fiscalize e monitore a formulação e implementação desses programas e, ainda, intervenha junto ao Poder Público por mais recursos e prioridade para as políticas para as mulheres.

O estudo que ora apresentamos é, portanto, um grande instrumento para as mulheres do DF e o primeiro de muitos esforços que serão empreendidos para ampliar os caminhos para a promoção da igualdade de gênero e raça no Distrito Federal.

Brasília, 03 de setembro de 2009.

¹ Criola é uma organização da sociedade civil fundada por mulheres negras em 1992. Sua missão institucional é instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento do racismo, sexismo e homofobia presentes na sociedade brasileira. www.criola.org.br

INTRODUÇÃO

No contexto da crise econômica internacional o Distrito Federal possui uma situação privilegiada em relação aos demais entes da federação, em função da forte participação do setor público em sua estrutura econômica, amortecendo os efeitos da crise. Mas, mesmo assim, o impacto na arrecadação tributária foi sentido nos primeiros meses do ano. As estimativas preliminares davam conta de queda de arrecadação de mais de R\$ 1 bilhão². Além disso, o Governo Federal anunciou que o índice de reajuste dos recursos para o Fundo Constitucional do DF (FCDF), utilizado para financiar as despesas com segurança pública, saúde e educação, seria reduzido de 18,9% para 15,4%, o equivalente a R\$ 230 milhões a menos, para se ajustar à Receita Corrente Líquida federal que vem despencando nos últimos meses³.

Em vista desses fatos, a equipe econômica do GDF divulgou medidas de contenção de despesas como a suspensão dos reajustes salariais, o contingenciamento de 30% das despesas com custeio e das emendas parlamentares, além do adiamento de 15 obras de grande porte. No total a previsão é de economia ou adiamento de quase R\$ 1,9 bilhão em gastos com investimentos e custeio. Ao mesmo tempo, o GDF também pretende continuar investindo em projetos de construção civil, especialmente os programas habitacionais, de forma a estimular a economia. Foi garantido ainda que os programas sociais e projetos considerados prioritários, vilas olímpicas, postos policiais, unidades de pronto atendimento, não serão afetados⁴.

Felizmente, o cenário pessimista traçado pela equipe econômica do GDF parece não estar se confirmando. Os dados relativos ao 1º quadrimestre demonstram que os vários indicadores das finanças públicas do DF apresentaram comportamento positivo em relação a 2008, como se observa na tabela a seguir.

² www.correioweb.com.br GDF anuncia corte de R\$ 1,8 bilhão em obras – 25/03/2009

³ www.df.gov.br Crise leva governo a suspender aumento salarial e investir na geração de empregos 09/03/2009

⁴ www.df.gov.br GDF corta gastos para enfrentar a crise 09/04/2009

Tabela 1. Informações de Execução Orçamentária do GDF (Executivo e Legislativo)

Mês de Referência: 4/2009 (valores acumulados no exercício)

em R\$ mil

Descrição	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Realizado até abril/2009	Realizado até abril/2008	Varição 2009-2008 (%)
Receita Total	11.997.448	12.592.759	3.739.277	3.268.335	14,4
Impostos	7.779.602	7.779.602	2.448.279	2.257.220	8,5
Transferências	2.881.660	3.017.605	935.011	755.936	23,7
Empréstimos	399.483	620.204	45.542	2.839	1.504,2
Previdenciárias (c)	1.048.645	1.287.045	336.414	288.590	16,6
Privatização	0	0	0	0	
Dedução da Rec. p/ Formação FUNDEB	-1.101.323	-1.101.323	-442.966	-390.084	13,6
Outras	989.381	989.626	416.997	353.834	17,9
Despesa	11.839.715	12.737.289	2.590.232	2.341.881	10,6
Pessoal (d)	3.812.423	3.564.813	1.052.896	1.296.655	(18,8)
Previdenciárias	1.026.684	1.275.448	293.769	285.272	3,0
Dívida (Principal)	134.137	135.758	36.989	28.019	32,0
Outras (e)	6.866.471	7.761.270	1.206.578	731.935	64,9
Resultado sem Juros e Encargos	157.733	-144.530	1.149.045	926.454	24,0
Juros e Encargos	157.733	160.231	41.051	35.236	16,5
Resultado	0	-304.761	1.107.994	891.218	24,3

(a) meta inicial, conforme lei orçamentária anual

(b) previsão/dotação atualizada pelos créditos adicionais autorizados; excluídos créditos bloqueados

(c) inclui compensação entre regimes previdenciários

(d) exclui despesas previdenciárias

(e) excluídos juros e encargos

fonte: www.tc.df.gov.br Informe Controle Social

As receitas totais apresentaram crescimento de 14,4% em relação a 2008, enquanto as receitas de impostos, que representam quase 70% da receitas totais, apresentaram crescimento mais moderado, de apenas 8,5%. Por outro lado, as despesas totais também cresceram 10,6%, mas

o contingenciamento⁵ atingiu especialmente as despesas de pessoal, que apresentaram queda de 18,8% em relação ao mesmo período de 2008.

Com isso, o resultado, considerando o pagamento de juros e encargos, é de R\$ 1,1 bilhão até abril, significando um crescimento de 24,3% em relação ao ano passado. Assim, a situação orçamentária do DF no 1^a quadrimestre é bem mais confortável do que o esperado.

É neste contexto orçamentário que se insere o Projeto Orçamento Mulher para o Distrito Federal OM/DF, que prevê o acompanhamento de programas selecionados a partir da Metodologia de Construção do Orçamento Mulher⁶ para a União.

O conceito geral de Orçamento Mulher foi definido como:

“O conjunto das despesas previstas na Lei Orçamentária Anual que atendem direta ou indiretamente às necessidades específicas das mulheres e que impactam as relações de gênero e de raça”.

Foram selecionados 47 programas para acompanhamento, que juntos somam R\$ 1,88 bilhão em recursos na Lei Orçamentária de 2009 (15,6% do orçamento previsto para o Governo do Distrito Federal). Até abril o valor autorizado sofreu pequena redução, passando a R\$ 1,87 bilhão, e sua participação caiu para 14,6% do valor total.

Chama a atenção o fato de que os programas do OM/DF participam com um percentual de 42% no total de recursos bloqueados para assegurar a anulação de dotação, quando serão utilizados como fonte para abertura do crédito adicional⁷.

Nos quatro primeiros meses do ano foram empenhados 28,9% (R\$ 541 milhões) e liquidados 15,1% (R\$ 282 milhões). A participação no total empenhado, 15,2% é maior que participação no total autorizado, mas menor, apenas 10,8%, no total liquidado, conforme se observa na tabela 2.

⁵ Também chamado “limitação de empenho”, o contingenciamento é o ato por meio do qual o governo limita o montante de recursos (já autorizados pela Lei Orçamentária) a serem utilizados em cada órgão.

⁶ CFEMEA, Metodologia de Construção e Monitoramento do Orçamento Mulher . Autoria Célia Vieira, Eliana Magalhães Graça e Guacira Cesar de Oliveira - Junho/2005

⁷ www.seplag.df.gov.br Manual Técnico de Orçamento - MTO/2009; instruções para a elaboração da Proposta Orçamentária do Distrito Federal e de Alterações Orçamentárias

Tabela 2. Execução Orçamentária até Abril de 2009 - Orçamento Mulher Distrito Federal e Orçamento DF

	Dotação Inicial	Autorizado	Bloqueado	Empenhado	Liquidado
Orçamento Mulher DF	1.876.154.224	1.870.167.327	43.598.626	541.232.984	281.601.913
Total GDF	12.019.678.333	12.816.029.669	103.721.759	3.550.160.611	2.614.005.187
% Orçamento Mulher DF/ Total GDF	15,6	14,6	42,0	15,2	10,8

Os programas do OM/DF estão divididos em sete áreas temáticas (Direitos Humanos e Cidadania, Educação e Cultura, Gestão, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Proteção Social, Saúde, Trabalho e Renda). É importante observar a ausência de programas no tema Identidade Étnico-racial na Lei Orçamentária Anual de 2009.

A composição do OM/DF segundo blocos de temas é apresentada nas tabelas 3 e 4. Observa-se, nelas, que as dotações iniciais dos temas Saúde e Habitação e Desenvolvimento Urbano representam juntas cerca de 64,3% do valor total.

Tabela 3. Execução Orçamentária até Abril de 2009 - Orçamento Mulher Distrito Federal, segundo temas

Temas	Dotação Inicial	Autorizado	Bloqueado	Empenhado	Liquidado
Direitos Humanos e Cidadania	51.238.500	73.250.390	619.000	13.988.490	2.474.393
Educação e Cultura	51.942.507	43.847.464	15.286.643	6.231.373	1.566.234
Gestão	3.402.000	2.902.000	500.000	172.988	72.065
Habitação e Desenvolvimento Urbano	536.689.061	588.691.461	622.800	182.916.672	76.603.510
Identidade Étnico-racial					
Proteção Social	296.442.137	282.221.447	13.649.522	76.761.826	57.445.880
Saúde	670.233.193	708.826.090	2.161.111	208.023.156	95.339.992
Trabalho e Renda	266.206.826	170.428.475	10.759.550	53.138.479	48.099.839
Total	1.876.154.224	1.870.167.327	43.598.626	541.232.984	281.601.913

Tabela 4. Execução Orçamentária até Abril de 2009 - Orçamento Mulher Distrito Federal, segundo temas

TEMA	% Dotação Inicial Tema/Total	% Autorizado Tema/Total	% Empenho	% Liquidação
Direitos Humanos e Cidadania	2,7	3,9	19,1	3,4
Educação e Cultura	2,8	2,3	14,2	3,6
Gestão	0,2	0,2	6,0	2,5
Habitação e Desenvolvimento Urbano	28,6	31,5	31,1	13,0
Identidade Etnico-racial	-	-	-	-
Proteção Social	15,8	15,1	27,2	20,4
Saúde	35,7	37,9	29,3	13,5
Trabalho e Renda	14,2	9,1	31,2	28,2
Total	100,0	100,0	28,9	15,1

O valor total autorizado sofreu redução de cerca de R\$ 6 milhões, e a composição interna entre cada tema sofreu alterações. Os temas Saúde e Habitação e Desenvolvimento Urbano tiveram elevação nos recursos disponíveis, ampliando sua participação no conjunto do OM/DF para 69,4%. A principal redução de dotação se deu nos programas vinculados ao tema Trabalho e Renda, com queda de 36%, reduzindo sua participação no OM/DF de 14,1% para 9,1%.

O nível global de empenho⁸ do OM/DF até abril foi de 28,9%, nível um pouco abaixo do adequado, considerando a sazonalidade de algumas despesas e as restrições impostas para realização de gastos no início do ano pela equipe econômica. Essa aparente normalidade esconde o baixíssimo nível de empenho dos programas das áreas de Gestão (6%), Educação e Cultura (14,2%) e Direitos Humanos e Cidadania (19,1%).

Já na etapa de liquidação⁹ das despesas, o volume de recursos é ainda mais baixo: apenas 15,1% do total. Verificam-se, como exceções, os programas da área de Trabalho e Renda, com percentual de recursos liquidados (28,2%) próximos aos níveis de empenho (31,2%).

⁸ A primeira fase de realização da despesa é o empenho, quando a administração pública se compromete a utilizar determinado recurso para cobrir despesas com bens ou serviços. Isso é feito por meio da “nota de empenho”, que especifica quanto de recursos será reservado (empenhado) e para quê.

⁹ A segunda fase de realização da despesa é a liquidação, quando a entrega do bem ou serviço foi realizada de maneira satisfatória.

O contexto de crise vivenciado em todo o mundo chama a atenção para a ampliação das vulnerabilidades sociais de parcelas crescentes da população. Se o investimento governamental em ações anticíclicas é importante para promover o aquecimento da economia, mais importante ainda é a garantia e ampliação dos gastos que envolvem os direitos sociais e a rede de proteção social, reconhecendo-se que há um impacto diferenciado nos diferentes grupos sociais, considerando-se as dimensões de gênero, raça, etnia e territorial.

TEMA: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

O tema Direitos Humanos e Cidadania não está entre as prioridades estratégicas do Governo do Distrito Federal, definidas no Plano de Desenvolvimento Econômico para o período 2007/2010. Apesar disso, foram selecionados 10 programas para ser objeto de acompanhamento no âmbito do Orçamento Mulher do DF:

0196 - REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
1450 - BRASÍLIA SEM HOMOFOBIA (EP)
1501 - DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS
1502 - DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
1504 - COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
1505 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
1508 - PROTEÇÃO À ADOLESCÊNCIA
2400 - RESGATE SOCIAL COM DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO COMUNITÁRIA
2411 - PROTEÇÃO E AMPARO AO IDOSO
2600 - SEGURANÇA EM AÇÃO

Uma das prioridades elencadas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é promover o fortalecimento dos Direitos Humanos das mulheres encarceradas.

Segundo Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário da Câmara Federal, aprovado em julho de 2008, as mulheres representavam cerca de 11,4% da população carcerária do DF. Do total de 885 presas, 400 delas estão no Complexo Penitenciário da Papuda e 485 na Penitenciária Feminina de Brasília.

For relatada a superlotação nos dois estabelecimentos: 21% no caso da Papuda e 7,5% no caso da Penitenciária Feminina. No chamado pacote de Segurança Pública de outubro de 2008 estava prevista a “demarcação de área no Complexo Penitenciário da Papuda para construção de um presídio federal”, que terá capacidade para 208 celas individuais.

Outro problema recorrente é a limitação da assistência jurídica devido à carência de Defensores Públicos, pois o GDF disponibiliza apenas quatro profissionais para atenderem a todo o sistema penitenciário.

“Em auxílio às deficiências da defensoria pública, é a administração penitenciária que faz os encaminhamentos jurídicos relativos à progressão do regime de penas. *Dentre as presas mães, somente uma possuía advogado particular. As outras dependiam de Defensores Públicos, embora tenham dito aos deputados que o defensor público não aparece na cadeia*”.

[g.n.]¹⁰

O Ministério da Justiça firmou Convênio de nº 627034 com a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF no sentido de “fortalecer e ampliar o serviço de Assistência Jurídica integral aos presos e aos seus familiares, prestado pelo Núcleo de Assistência Jurídica da Execução Penal do Centro de Assistência Judiciária (Defensoria Pública do Distrito Federal)”. O convênio, no valor de R\$ 400.293,65 e contrapartida do GDF de R\$ 4.044,00, tem vigência de 27/06/2008 a 26/06/2009, mas o valor total foi liberado desde 2008.

Dentre as 485 presas da Penitenciária Feminina de Brasília, somente 56 mulheres trabalham e 84 estudam. A maioria nada faz, por falta de opções.

A prestação dos serviços de saúde também é outro sério problema, pois não há serviço próprio de saúde em nenhum estabelecimento penal de Brasília. No presídio feminino foi dito existir equipe multidisciplinar de saúde, porém sem psiquiatra ou psicólogo, embora esses serviços sejam essenciais. No mesmo espaço do presídio feminino havia 70 presos com problemas mentais, submetidos às medidas de segurança. A medicação é administrada pelos agentes penitenciários. Há oito detentas portadoras de HIV/AIDS. Mas há apenas um médico e um farmacêutico, ambos voluntários¹¹.

Em junho a Câmara Legislativa do DF aprovou Projeto de Lei nº 731/2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que institui a Política de Saúde da Mulher Detenta. Sua aprovação é importante, mas o PL apresenta alguns limitantes, como a ausência de menção à oferta de serviços de saúde mental e a previsão que a oferta dos serviços se dará nas unidades de saúde do DF, não nos estabelecimentos prisionais.

O art. 123 da Lei Orgânica do DF estabelece que:

Art. 123. O estabelecimento prisional destinado a mulheres terá, em local anexo e independente, creche em tempo integral, para seus filhos de zero a seis anos, atendidos por pessoas especializadas, assegurado às presidiárias o direito à amamentação.

Parágrafo único. À mulher presidiária será garantida assistência pré-natal prioritariamente e a obrigatoriedade de assistência integral a sua saúde.

¹⁰ Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário da Câmara Federal aprovado em julho de 2008,

¹¹ Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário da Câmara Federal aprovado em julho de 2008, pp85

No entanto o que se observou foi a ausência de creche na Penitenciária Feminina. No Relatório da CPI foi relatado que oito crianças estavam na companhia das mães e doze presas estavam grávidas. Segundo o Relatório, “as mães podem ficar com recém-nascidos até 6 meses de idade. Depois são entregues à própria sorte”¹².

Algumas atividades de ressocialização, segundo o Relatório de Atividades 2008 do GDF¹³, foram desenvolvidas durante o ano, tais como:

- ≡ Realização do Concurso de Miss Penitenciária entre as internas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PPDF;
- ≡ Criação de biblioteca na Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PPDF;
- ≡ Realização do Concurso de Redação Reescrevendo a Liberdade no Sistema Penitenciário;
- ≡ Realização do Concurso de poesia e teatro - Fest'Art no Sistema Penitenciário;
- ≡ Criação de oficinas de artesanato e reforma de estofados na Penitenciária Feminina do Distrito Federal;
- ≡ Cursos realizados no Centro de Progressão penitenciária - CPP: Informática/SECONCI; Agente de Microcrédito; Reintegração Social; ORIGAMI e, Determinação Empreendedora

Programa 0196 - Reestruturação do Sistema Penitenciário

Na Lei Orçamentária de 2009 o programa 0196 - Reestruturação do Sistema Penitenciário conta com dotação inicial de R\$ 62,9 milhões, que foi elevada para R\$ 65,8 milhões já no primeiro quadrimestre deste ano. A dotação atual é superior em cerca de 150% ao valor autorizado em dezembro de 2008.

As principais despesas previstas neste programa são o fornecimento de alimentação e as atividades de ressocialização e assistência ao preso; elas contam com previsão, em 2009, de despesas em valores significativamente superiores. Para o fornecimento de alimentação as despesas realizadas em 2008 foram de R\$ 10,4 milhões, sendo que para 2009 foram aprovados R\$ 25 milhões. Na ação de ressocialização, os gastos efetuados em 2008 foram de apenas R\$ 3 milhões, e a previsão para este ano é de R\$ 18,7 milhões.

Até abril, foram empenhados apenas R\$ 656 mil dos projetos previstos, destinados à reforma de unidades do sistema penitenciário. É importante ressaltar que, em 2008, foram gastos somente R\$ 83 mil com o projeto de Melhoria das Estruturas Físicas do Sistema Penitenciário.

¹² Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário da Câmara Federal aprovado em julho de 2008,

¹³ Relatório de Atividades 2008, Prestação de Contas Anual do Governador

Programa 1450 - Brasília sem Homofobia

O programa foi incluído no PPA 2008/2011 através de emenda parlamentar e sempre contou com dotação muito limitada. Em 2008 o programa não realizou nenhuma despesa, e para 2009 a previsão orçamentária é de apenas R\$ 340 mil. A Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS¹⁴ citou como uma de suas realizações em 2008 a 1ª Conferência Distrital de Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e transexuais, que contou com 250 participantes.

Em março de 2008, a partir da Indicação nº 1918/2007 da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da CLDF, o Governador do DF assinou o Decreto nº 28.824, que instituiu o Grupo de Trabalho “Brasília Sem Homofobia”, de caráter exclusivamente propositivo, visando à produção de subsídios para a elaboração de políticas públicas voltadas para a promoção e respeito de direitos relativos ao livre exercício de orientação sexual. O Grupo contava com participação de sete secretarias distritais, tendo como convidadas quatro entidades representantes da sociedade civil, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da CLDF e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O Grupo de Trabalho teria prazo de 150 dias, a partir da divulgação de seu cronograma de atividades, para conclusão de seus trabalhos.

Desde maio de 2008 o DF também conta com um Centro de Referência em Direitos Humanos para a Prevenção e Combate à Homofobia, a *Casa Roxa*. A iniciativa é resultado da parceria entre Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) com o Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis) e a Associação Lésbica Feminista de Brasília, Coturno de Vênus. O espaço contará com assistência social, psicológica e jurídica para atender denúncias de violação de direitos da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTTT), de mulheres e negr@s¹⁵.

As entidades parceiras são: a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM-PR), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF, o Conselho dos Direitos da Mulher do DF (CDM-DF), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), a Central Única dos Trabalhadores do DF (CUT-DF) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

Além disso, foi instituído o dia 17 de maio como Dia de Combate à Homofobia no Distrito Federal, a partir da aprovação, em junho de 2009, do Projeto de Lei nº 2.406/2006, de autoria da deputada Érika Kokay, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

¹⁴ Relatório de Atividades 2008, Prestação de Contas Anual do Governador

¹⁵ <http://www.midia independente.org/pt/blue/2008/05/419382.shtml>: Lançamento da Casa Roxa

Programa 1501 - Defesa e Garantia dos Direitos Humanos

O programa 1501 - Defesa e Garantia dos Direitos Humanos tem por objetivo prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de Direitos Humanos no Distrito Federal.

No Planejamento Plurianual (PPA), a formulação deste programa continha ações de promoção de direitos a públicos específicos, como os egressos do sistema penitenciário, as vítimas, testemunhas e seus familiares, o tráfico de seres humanos, a população de rua, a população negra, além de contar com duas ações de caráter mais geral: a ação de prevenção à violação dos direitos e à defesa dos direitos humanos. Além disso, contava com importantes ações como a capacitação de gestores e operadores, realização de fóruns, conferências e seminários e realização de campanhas educativas.

Mas, no Orçamento (LOA) para 2009, este que deveria ser um programa estruturante na área dos Direitos Humanos deixa de contar com este desenho, passando a ter como foco principal os egressos do sistema penitenciário, cuja ação é responsável por 88,5% da dotação inicial do programa. Dotação, inclusive, que dos R\$ 18,8 milhões iniciais foi suplementada no 1º quadrimestre, passando a ter R\$ 20,6 milhões.

No âmbito desse programa temos o Reintegra Cidadão, que foi criado em 2003 pelo Decreto nº 24.193 e é dirigido aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com o objetivo de lhes propiciar oportunidades no processo de ressocialização e inserção social pelo aprendizado de novas práticas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado. Em 2008 o programa atendeu uma média mensal de 3013 pessoas¹⁶. O Programa compreende a execução de serviços¹⁷ relacionados às atividades desenvolvidas nos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Distrito Federal. Do valor autorizado no final do 1º quadrimestre (R\$ 18,4 milhões) já foram empenhados R\$ 2,9 milhões e liquidados cerca de R\$ 974 mil, ou seja, apenas 5,3% do valor autorizado.

A ação de Promoção de Assistência Social Comunitária, que envolve o apoio a instituições de caráter diverso¹⁸, dispõe de dotação autorizada de R\$ 1,09 milhão, mas até abril não executou nenhuma despesa.

O Programa de Proteção às Vítimas, Testemunhas e Familiares do DF – PROVITA/DF, criado pela Lei nº 3.404 de 02 de agosto de 2004, tem como objetivo acolher vítimas e familiares

¹⁶ Relatório de Atividades 2008, Prestação de Contas Anual do Governador, pp 696

¹⁷ I - reprografia; II - entrega de documentos; III - auxílio à organização de arquivos; IV - manutenção e conservação predial; V - manutenção e recuperação de bens móveis; VI - manutenção de veículos; VII - reciclagem de papel; VIII - recolhimento de bens inservíveis; IX - transporte de materiais; X - copeiragem; XI - serviços gerais; XII - manutenção, conservação, preservação e recuperação de áreas públicas; e XIII - ações preventivas de preservação de áreas públicas

¹⁸ Apoio à Fundação de Rádio e TV ; Força Para Vencer-Comunidade Terapêutica De Dependência Química; Apoio As Atividades Da Associação De Idosos De Santa Maria; Apoio Ao Instituto Dom Orione; Implantação Do Projeto "Cão-Guia De Cegos" Apoio As Atividades Da Associação De Inclusão Social ;Apoio As Atividades Sociais Do Centro De Reintegração Deus Proverá Em Planaltina; Apoio As Atividades Da Acoplac - Associação Consciência E Orientação Política Do Planalto Central Entre Outros.

coagidos ou expostos a graves ameaças por colaborarem em inquéritos policiais ou processos criminais. O conselho deliberativo (CONDEL/PROVITA) é composto por nove representantes de órgãos públicos¹⁹ e três representantes de entidades não-governamentais relacionadas com a defesa dos direitos humanos. No Orçamento de 2009 ele conta com recursos limitados: apenas R\$ 485 mil, dos quais foram gastos R\$ 473 mil até abril, o que indica a necessidade de suplementação orçamentária imediata. Em 2008, no âmbito desse programa foram realizados 489 atendimentos a vítimas, testemunhas e familiares.

A ação 2602 - Defesa de Direitos Humanos também apresenta subtítulos de natureza diversa como a concessão de auxílio funerário, o fomento a formação de agentes multiplicadores de direitos humanos e apoio às ações sociais do Integra - Instituto de Integração Social. Até abril nada foi executado, embora a ação tenha uma dotação autorizada de R\$ 400 mil.

Programa 1502 - Defesa e Garantia dos Direitos da Mulher

Este programa tem como objetivo constituir ações articuladas para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Tem como público-alvo mulheres de 18 a 60 anos de idade. E, assim como ocorreu com o programa 1501, este também sofreu mudanças em relação ao seu desenho inicial no Planejamento Plurianual (PPA).

No PPA estavam previstas as seguintes ações, que de fato dialogavam com o objetivo previsto:

- 2371 - Capacitação de gestores e operadores
- 2376 - Prevenção à violação dos direitos e à violência
- 2562 - Manutenção à atenção especializada e proteção à mulher vítima de violência
- 2567 - Rede de combate à violência
- 2628 - Atendimento especializado ao agressor
- 2706 - Assistência ao trabalhador - capacitação e reciclagem de mão-de-obra
- 9036 - Apoio a projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres

¹⁹ I – um representante da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal, órgão executor do Programa;

II - um representante da Secretaria de Estado de Trabalho;

III - um representante da Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF -;

IV - um representante do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios;

V – um representante da Corregedoria-Geral do Distrito Federal;

VI – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal;

VII – um representante da Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal, que ocupará o cargo de Presidente do Conselho;

VIII – um representante da Secretaria de Estado da Solidariedade do Distrito Federal;

IX – um representante da Agência de Desenvolvimento Social do Distrito Federal.

Na LOA 2009, diferentemente da LOA 2008, está incluída apenas a ação 2562, que dispõe de um único subtítulo, “Manutenção a Atenção Especializada e Proteção à Mulher Vítima de Violência – Casa Abrigo”, com dotação autorizada de R\$ 3,48 milhões. Desse valor, até abril foram gastos somente R\$ 85,1 mil, ou seja, menos de 2,5%. Vale lembrar que o DF possui apenas um abrigo especializado, onde as mulheres e filhos recebem assistência social e psicológica e fazem atividades diversas, como ginástica e artesanato.

Observa-se que em 2008 o programa teve baixa execução: contando inicialmente com dotação de R\$ 1,48 milhão, só realizou 18% das despesas previstas, cerca de R\$ 266 mil²⁰.

Porém, de acordo com o Relatório de Atividades de 2008, esta baixa execução parece não ter impactado o desenvolvimento das atividades voltadas à prevenção e enfrentamento à violação dos direitos da mulher, conforme mostra a tabela abaixo. Ressalte-se que o Programa de Desenvolvimento Social para a Mulher Casa-Abrigo contava com dotação do programa *2400 - Resgate Social com o Desenvolvimento e Promoção Comunitária* (Subtítulo 3077 da ação 4977), que em 2008 executou R\$ 31,3 mil e está ausente do Orçamento (LOA) para 2009.

Percentual de execução considera a Dotação Inicial prevista na LOA/2008 e execução segundo dados do Relatório de Atividades 2008, pp 699.

13.3.1. atendimentos a mulheres, crianças e adolescentes:

Atendimentos realizados – Casa Abrigo no Lago Sul

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
32	39	68	70	89	83	104	169	184	90	132	84	1.144

Evolução do Triênio – Casa Abrigo

2006	2007	2008
458	419	1.144

²⁰ Percentual de execução considera a Dotação Inicial prevista na LOA/2008 e execução segundo dados do Relatório de Atividades 2008, pp 699.

I.3.3.2. Programa de Desenvolvimento Social para a Mulher

Atendimentos realizados com o Programa de Desenvolvimento Social para a Mulher – Casa Abrigo

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
490	545	477	833	428	539	189	559	273	203	334	218	5.088

I.3.3.3. Prevenção à Violência dos Direitos da Mulher

Atendimentos realizados com a Prevenção dos Direitos da Mulher

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
132	260	88	72	54	84	85	72	198	51	91	27	1.097

I.3.3.4. Rede de Combate à Violência dos Direitos das Mulheres

São 10 núcleos de atendimentos aos direitos da mulher, distribuídos em todo o Distrito Federal.

Atendimentos realizados no Combate à Violência dos Direitos das Mulheres

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
56	260	367	1330	220	248	174	1401	1585	988	760	550	7.539

Atendimentos Especializados aos Agressores – Casa de Abrigo

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1.604	1.671	963	1.130	910	1.143	604	573	445	308	589	198	10.138

Supondo que as ações governamentais estejam sendo mantidas, seu financiamento pode estar sendo feito através das chamadas “ações guarda-chuva”, ou seja, ações mais amplas - o que dificulta o acompanhamento pela sociedade e diminui o nível de transparência governamental - ou por meio do estabelecimento de parcerias. Vale lembrar que em maio de 2008 foi aprovada a Lei nº 4.135, que dispõe sobre o atendimento integrado à mulher vítima de violência no

Distrito Federal. A ausência de transparência, ou ainda mais grave, a não execução destas ações, não contribuem para sua efetivação.

Por outro lado, na página do Conselho dos Direitos da Mulher²¹ constam como projetos previstos:

1. Extensão do Programa NÚCLEO para todas as cidades do Distrito Federal
2. Criação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher
3. Rede Integrada para o Enfrentamento da Violência Contra a Mulher

Objetivando reforçar esta intenção distrital, o Governo Federal, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), firmou o Convênio nº 598408 com a SEJUS, que tem como objeto a Implementação de Atendimento Integral às Mulheres em Situação de Violência. Com vigência de 17/12/2007 a 17/12/2009 valor de R\$ 929.569,83, o convênio conta com uma contrapartida de R\$ 153.297,12 e teve liberados até o momento R\$ 697.177,38²².

Vale lembrar que a Lei Orgânica do DF estabelece, em seu art. 276, inciso II, a criação e manutenção de abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica e, ainda, no inciso III, a criação e execução de programas que visem à coibição da violência e da discriminação sexual, racial, social ou econômica.

Uma das mais graves violações dos direitos das crianças e adolescentes é o abuso e a exploração sexual. Em 2007 no DF, segundo a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, foram registradas 127 ocorrências de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e, segundo o Disque 100, foram realizadas 201 denúncias²³.

O Governo do Distrito Federal conta, para isso, com atendimentos nas áreas de Assistência Social e Saúde. São sete Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS e, na área de saúde, os Programas Violeta (HRAS), Margarida (HRAN), Girassol (Paranoá), ADOLESCENTRO e COMPP – Centro de Orientação Médico Psico-pedagógico.

Programa 1504 - Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

O programa não consta do Orçamento (LOA) para 2009. No Orçamento (LOA) 2008, ele contava com a ação 3241 - Proteção Social Especial de Média Complexidade ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com dotação inicial de R\$ 69 mil. O programa, que estava sob a responsabilidade da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, não teve nenhuma execução.

²¹ http://www.sejus.df.gov.br/paginas/cdm/cdm_05.htm

²² www.transparencia.gov.br

²³ FORUM DCA/DF Situação da implementação dos Direitos das Crianças e dos Adolescente no Distrito Federal – Sob a perspectiva orçamentária, Brasília, 11 de Julho de 2008

As políticas vinculadas ao Fundo de Assistência Social do DF constavam do programa 1462 - Proteção Social Especial, ação 6355, subtítulo 0001 Atenção Integral, Especializada e Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência Sexual – Sentinela, incluído por meio de emenda parlamentar. Segundo o Relatório de Atividades 2008, foram realizadas despesas no valor de R\$ 173 mil, com o atendimento 178 pessoas nos Centros de Referência Especializada, o que representou apenas 5,3% da meta prevista de 3.360 pessoas assistidas ao ano. E em 2009 também não consta tal ação no Orçamento.

Segundo o documento “Diagnóstico Social do Distrito Federal”²⁴, o tema é tratado no âmbito da Proteção Social Especial, em dois tipos de atividades:

- ≡ Orientação e Apoio Sócio-familiar no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, que atendeu 178 pessoas em 2008 e
- ≡ Atendimentos a Situações de Natureza Especial - exploração e abuso sexual de criança/adolescente, com 114 pessoas atendidas no mesmo ano.

Na listagem de serviços oferecidos no âmbito da Proteção Social Especial, o abuso e exploração sexual são citados no Serviço Especializado de Proteção a Pessoa em Situação de Violência:

“Serviço que oferece atenção especializada, prestada por equipe interdisciplinar, às pessoas com vivência de situações de violência física, psicológica, abuso e exploração sexual e seus familiares, com orientação, promoção de direitos e possibilidades de inibição do ciclo da violência doméstica e familiar. As atividades são operacionalizadas de forma direta pelos CREAS ou de forma indireta por entidades e organizações de assistência social conveniadas e demandam articulação e fortalecimento da rede sócio-assistencial. Em 2008 foram contabilizados 114 atendimentos.”

Assim, do ponto de vista orçamentário a execução das políticas de enfrentamento ao abuso exploração sexual de crianças e adolescentes devem estar sendo desenvolvidas por meio do programa 1462 - Proteção Social Especial, cuja ação de Serviços de Proteção Social Especial tem dois subtítulos:

0009 - Serviço Sócio-assistencial a Situações de Natureza Especial – GAE, financiado pela fonte 100 (recursos ordinários);

²⁴ Diagnóstico Social do DF- SEDEST/DF, pp 77

7206 - Serviço especializado de proteção à pessoa em situação de violência, financiado pela fonte 100 (recursos ordinários) e fontes 158 e 358 (Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS).

Essa classificação não contribui com a transparência orçamentária necessária ao acompanhamento da política específica de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e do atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

Observe-se, ainda, que a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda anunciou o lançamento do Plano Distrital de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes²⁵.

Programa 1505 - Erradicação do Trabalho Infantil

O Plano Distrital de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, lançado em dezembro de 2008, tem doze eixos estratégicos e o objetivo de:

“...integrar diversas ações, com vistas a uma intervenção concreta nas causas que levam ao trabalho infantil no Distrito Federal, bem como, implementar ações que sejam inibidoras da inserção de novas crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Assim, o Plano assume caráter preventivo e de erradicação do trabalho infantil.”

Todavia, neste programa 1505 verificamos apenas uma ação: 1947 - Pesquisa e Mapeamento dos Focos de Trabalho Infantil, com dotação inicial de R\$ 100 mil e nenhum real executado até abril de 2009, embora esteja prevista no primeiro Eixo do referido Plano.

Outras ações, como a chamada “jornada ampliada” prevista na ação 6304 - Ações sócio-educativas para criança e adolescente em situação de trabalho são executadas através do programa 1461 Proteção Social Básica²⁶ de forma equivocada, pois se trata de uma ação da Proteção Social Especial.

E a situação de trabalho infantil segue grave: na modalidade de Trabalho Doméstico, foi constatada a existência de 1.627 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no DF, segundo o IBGE/PNAD – 2006.

25 <http://www.clube.am/noticias/as-ultimas/?id=36623,152-CASOS-DE-ABUSO-EM-QUATRO-MESES>

26 Por meio da ação 6358 - Ações Sócio-educativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho Infantil (EP).

Programa 1506 - Proteção à Adolescência

O programa não apresentou execução de despesas até abril. A ação com maior volume de recursos é a 2794 - Assistência aos Adolescentes, ação “guarda-chuva” que conta com dotação de R\$ 2,37 milhões. Deste total, R\$ 2,2 milhões se referem a despesas autorizadas por crédito suplementar no 1º quadrimestre, destinadas a atender a despesas correntes e despesa de investimentos ou inversões financeiras de entidades privadas sem fins lucrativos.

Os Projetos Pátria Amada (teatro) e Picasso Não Pichava (oficinas) desenvolvem ações educativas e de sensibilização para temática de sexualidade responsável (à prática de sexo seguro, prevenção de DST/AIDS e gravidez indesejada, entre outros), além de buscar promover valores humanísticos e éticos entre adolescentes e jovens envolvidos com pichações e outros delitos e desenvolver e fortalecer o processo de construção da cidadania individual e coletiva. Os projetos estão a cargo da Secretaria de Segurança Pública.

Programa 2400 - Resgate Social com Desenvolvimento e Promoção Comunitária

Das ações selecionadas do programa 2400 - Resgate Social com Desenvolvimento e Promoção Comunitária, merece destaque a ação 3030 - Modernização e Reaparelhamento do CEAJUR, com dotação inicial de R\$ 235 mil, tendo até abril empenhado R\$ 33,4 mil.

O Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – CEAJUR, criado pela Lei nº 812/94, é órgão essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido de prestar gratuita e integral assistência jurídica, judicial e extrajudicial aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus direitos e interesses, em todos os graus e instâncias, inclusive o juizado especial, na forma do inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal.

O Ministério da Justiça e a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania firmaram dois convênios: o Convênio nº 643596, com o objetivo de fortalecer o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública do Distrito Federal, através da modernização e aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária com equipamentos de informática no valor de R\$ 500 mil, totalmente liberados desde janeiro/2009 e contrapartida de R\$ 50 mil, com vigência de 26/12/2008 a 25/12/2009; já o Convênio nº 640053 tem como objeto a ampliação do atendimento jurídico em diversas áreas jurídicas do Distrito Federal, bem como melhorar o atendimento já prestado pelos Núcleos de Assistência Jurídica em todos os fóruns, espaço cedido pelo TJDF - Tribunal do Distrito Federal ligados ao Centro de Assistência Judiciária do DF, no valor de R\$ 250 mil, já totalmente liberados e contrapartida de R\$ 25 mil, com vigência de 30/12/2008 a 30/10/2010.

A Lei Orgânica do DF, em seu art. 116 estabelece que “haverá na Assistência Judiciária centro de atendimento para a assistência jurídica, apoio e orientação à mulher vítima de violência, bem como a seus familiares”. Com o objetivo de “fortalecer o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública do DF por meio do aparelhamento do Núcleo de Defesa da Mulher, com o fito de assegurar a efetividade de assistência jurídica integral e gratuita, garantindo a efetividade dos benefícios e medidas judiciais previstas na Lei nº 11.340/2006”, o Ministério da Justiça e a SEJUR firmaram o Convênio nº 626703 no valor de R\$ 300.055,00, totalmente liberado em 2008, com contrapartida de R\$ 3.000,00, e prazo de vigência de 27/06/2008 a 26/06/2009.

Programa 2411 - Proteção e Amparo ao Idoso

O programa dispõe de dotação de R\$ 425 mil, com empenho até abril de apenas R\$ 2,5 mil. Dispõe de uma única ação, cujo principal subtítulo é 8373 - Implantação do Projeto Cuidador Social de Idosos no valor de R\$ 350 mil. Em 2008 o programa apresentava 4 ações, envolvendo a área de saúde, assistência, cultura e lazer e construção de espaços de convivência. Mas as despesas realizadas não atingiram R\$ 20 mil.

Programa 2600 - Segurança em Ação

As ações selecionadas deste programa dispõem de dotação inicial no valor de R\$ 28 milhões, mas já no 1º quadrimestre de 2009 foram suplementadas, tendo resultado em um valor autorizado de R\$ 45,3 milhões. Desse total, já foram empenhados R\$ 10,4 milhões e liquidados R\$ 850 mil.

Ressalte-se o significativo aumento do valor autorizado na ação 1569 Desenvolvimento dos Programas Nacionais de Segurança Pública, que em 2008 foi de R\$ 11 milhões, enquanto em 2009 esse valor já atinge R\$ 44,9 milhões. A execução da ação também reflete essa elevação: até abril foram empenhados R\$ 10,4 milhões e liquidados R\$ 850 milhões, valor superior ao liquidado em 2008 (apenas R\$ 728 mil).

O Ministério da Justiça e o Governo do Distrito Federal firmaram Convênio nº 626695 cujo objeto é a “Redução da revitimação das vítimas quando de seus atendimentos na DEAM-DF, incremento fortalecimento do atendimento humanizado pela Seção de Orientação Psicológica da DEAM-DF, divulgação ampla da Lei nº 11.340/2006.” O valor do convênio é de R\$ 337.896,26, totalmente liberado em 2008, e contrapartida de R\$ 3.500,00. A vigência é de 27/06/2008 a 26/06/2009.

Os subtítulos selecionados da ação 1984 - Construção de Prédios e Próprios se referem à implantação de DEAMs em Ceilândia e Paranoá, com dotação de R\$ 100 mil, do Centro de Referência dos Direitos Humanos do Recanto das Emas e de Centro Interdisciplinar de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, também com dotação de R\$ 100 mil. Até o momento nenhuma destas despesas foi empenhada.

A ação 2655 - Capacitação de Recursos Humanos, presente no PPA, deixou de constar do Orçamento (LOA) de 2009, e provavelmente vem sendo desenvolvida em outro programa, o que, como já mencionamos, resulta em uma perda de transparência. Maior perda, ainda, se considerarmos o fato de que esta ação tem caráter estruturante para a efetivação dos direitos da mulher no âmbito da Segurança Pública.

A Lei nº 3850 de 28 de abril de 2006 transformou o Serviço de Atendimento à Mulher no âmbito das Delegacias Circunscriçionais de Distrito Federal, existentes desde 2001, em Seção de Atendimento à Mulher, garantindo melhores condições para seu funcionamento. As novas leis que criam Delegacias de Polícia já prevêm Seção de Polícia Comunitária e de

Atendimento a Idosos e a Pessoas com Necessidades Especiais e Seção de Atendimento à Mulher²⁷. Mas a adequação e qualidade do atendimento só serão efetivas se houver o desenvolvimento de ações que envolvam o processo de formação inicial e de capacitação continuada dos servidores públicos da Segurança Pública no DF.

O Relatório de Atividades 2008 apresenta uma lista²⁸ detalhando todos os cursos, congressos, encontros etc. de que participaram os servidores da Polícia Civil do DF. Mas apenas um dos eventos diz respeito à temática das mulheres: o I Encontro da Polícia Militar para Mulheres da Segurança Pública – PMDF/DF.

Em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, através da Rede Educação à Distância foram oferecidos cursos à distância com temas variados, no qual se matricularam 11.705 alunos, e aprovados 9.210. Entre outros temas, foram oferecidos os seguintes cursos à distância em 2008: Direitos Humanos, Mulher Vitima de Violência Doméstica, Segurança Pública sem Homofobia e Tráfico de Seres Humanos²⁹.

Levantamentos preliminares da Secretaria de Segurança Pública apontam que o conjunto das delegacias registrou 20 mil ocorrências por ano que tiveram a mulher como alvo, enquanto a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM registra anualmente 3,6 mil casos de violência contra a mulher³⁰.

Para garantir melhores condições de atendimento na DEAM citam-se duas iniciativas. Na lista dos Projetos encaminhados para a União pela Secretaria de Segurança Pública consta a Reforma da DEAM, com recursos advindos de Emenda Parlamentar no valor de R\$ 1.010.102,00, em análise³¹. Além disso, no pacote de Segurança Pública anunciado em outubro, o Governador do DF anunciou a autorização para aquisição de equipamentos para a seção de orientação psicológica da Delegacia de Atendimento à Mulher - DEAM³², o que se espera ver efetivado.

²⁷ LEI N° 3.864, DE 30 DE MAIO DE 2006 Dispõe sobre a criação, na estrutura da Administração Direta do Distrito Federal, da 37ª Delegacia de Polícia, no âmbito da Região Administrativa do Recanto das Emas – RA XV, e da 38ª Delegacia de Polícia – Vicente Pires, no âmbito da Região Administrativa de Taguatinga – RA III, de seus respectivos cargos em comissão do Distrito Federal e dá outras providências.

²⁸ GDF, Relatório de Atividades 2008, Prestação de Contas Anual do Governador, pp 481-483

²⁹ GDF, Relatório de Atividades 2008, Prestação de Contas Anual do Governador, pp 465-466

³⁰ Correio Braziliense, 31 de maio 2009, pp 35

³¹ GDF, Relatório de Atividades 2008, Prestação de Contas Anual do Governador, PP 458

³² Correio Braziliense, 3 de outubro de 2008, pp28

TEMA: EDUCAÇÃO E CULTURA

No tema Educação e Cultura foram selecionados seis programas e ações para acompanhamento no Orçamento Mulher DF:

0140 - PROJETOS ESPECIAIS DE ENSINO
0142 - EDUCANDO SEMPRE
0164 - ESCOLA DE TODOS NÓS
1250 - ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO
1300 - DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL
1452 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA (EP)

Programa 0140 - Projetos Especiais de Ensino

O programa conta com duas ações na LOA/2009, mas até o momento não apresenta execução orçamentária.

A nova ação 4009 - TELECURSO conta com R\$ 6,02 milhões em 2009, e está vinculada ao Programa de Intervenção Metodológica para Correção do Fluxo Escolar – Vereda – em todo o sistema de ensino da rede pública do Distrito Federal, tendo como foco a aceleração de estudos nas etapas de Ensino Fundamental – Séries Finais e 3º Segmento EJA/Ensino Médio. Atendeu em 2008 19.204 alunos das classes de aceleração do Ensino Fundamental/Séries Finais e 9.927 mil alunos do 3º Segmento EJA/Ensino Médio. A meta é acabar com o atraso escolar até 2010³³.

O programa provocou muitas críticas, como danos à qualidade do ensino e o papel dos professores que deixam de ser professores para serem monitores do Telecurso. Outra preocupação é com a "lógica da terceirização e privatização de setores públicos", que já atingiu a área de saúde e agora se volta para a educação com a aplicação do Telecurso 2000, da Fundação Roberto Marinho. Segundo as críticas o novo "projeto de aceleração" tem como meta apenas a melhoria dos índices estatísticos.³⁴

A ação 3773 - Igualdade nas Diferenças tem como objetivo propiciar a inclusão escolar, assegurando o desenvolvimento acadêmico que permita a superação da deficiência do aluno

³³ Relatório de Atividades 2008, Prestação de Contas Anual do Governador http://www.se.df.gov.br/Circular_GAB_93/2008_de_10/11/2008_Programa_Vereda_-_Esclarecimentos

³⁴ www.cl.df.gov.br Câmara debate programas educacionais do GDF 17/03/2008 13:03

portador de necessidades especiais em classes comuns. Em 2008 foram gastos menos de R\$ 500, mas as estatísticas apontam atendimento de 7.868 alunos. Para 2009 a dotação inicial é de R\$ 50 mil.

Programa 0142 - Educando Sempre

Este programa tem como objetivo promover ações que objetivem a manutenção da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional. Para acompanhamento foram selecionadas as ações vinculadas à educação infantil, educação especial e educação de jovens e adultos. A dotação inicial de R\$ 16,9 milhões já foi suplementada no 1º quadrimestre, alcançando R\$ 17,7 milhões. Deste total já foram empenhados R\$ 4,48 milhões, sendo executados R\$ 1,36 milhão, ou seja, apenas 7,7%. A maior parte da execução ocorreu na ação 2388 - Manutenção da Educação Infantil, com gastos na ordem de R\$ 1,24 milhão.

As creches desempenham um importante papel na nossa sociedade, seja na perspectiva dos direitos da criança a cuidado e educação, seja na perspectiva do empoderamento das mulheres, na busca de igualdade de oportunidade no mercado de trabalho.

Por isso mesmo, a implantação ou construção de creches é uma reivindicação sempre presente especialmente na pauta das comunidades de menor renda. Segundo Censo Escolar de 2008, a educação infantil matriculou 71.602 crianças, conforme quadro abaixo:

Município	Dependência	Matrícula Inicial	
		Ed. Infantil	
		Creche	Pré-Escola
BRASILIA	Estadual	668	32.644
	Federal	33	0
	Privada	15.020	23.237
	Total	15.721	55.881

INEP Resultados do Censo Escolar 2008 - Educacenso

Observa-se o número insignificante de matrículas em creche oferecidas pela rede pública de educação: são apenas 668 vagas, concentradas em oito Delegacias Regionais de Ensino, com predominância do Plano Piloto e São Sebastião, e predominância maciça de dependências privadas.

No processo de transição das creches da Assistência Social para a Educação, realizado a partir de 2009, alguns pontos devem ser considerados. Os convênios firmados entre a Assistência Social e Entidades da Sociedade Civil devem ser realizados com o setor da Educação, considerando:

- *Número de crianças atendidas por faixa etária e jornada de atendimento;*
- *Situação da instituição no Censo Escolar 2006/07;*
- *Credenciamento e autorização de funcionamento pelo sistema de ensino;*
- *Aprovação do projeto pedagógico pelo órgão normativo do sistema de ensino;*
- *Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.*
- *Supervisão e orientação da Secretaria de Educação “³⁵*

O acompanhamento desse processo de transição é fundamental, ainda mais se considerarmos que as vagas oferecidas no âmbito da Assistência eram insuficientes para atender a demanda. Segundo levantamento realizado em 2007 nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, “para cada Atendimento com Crianças de (0 a 6 anos) na Rede Particular Conveniada existe em média, aproximadamente o dobro na lista de espera da Assistência Social no DF³⁶”.

Na pré-escola a participação das matrículas nas dependências do GDF é mais expressiva, alcançando 32.644 matrículas, o que representa 58% do total de matrículas nesta etapa da Educação Básica.

É bom lembrar que, segundo a PNAD/2006, 56% do total de crianças de 0 a 6 anos no DF não freqüentaram escola ou creche.

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social - PDES do Distrito Federal para o quadriênio 2007/2010 define como orientação estratégica universalizar o acesso ao ensino infantil (0 a 6 anos) com prioridade à pré-escola e ampliação da oferta de creches nas regiões mais carentes.

No Relatório 2008, no entanto, a SEDF afirma ter como “meta universalizar o atendimento da Educação Infantil na faixa etária de quatro a cinco anos. Apesar da ampliação gradativa do atendimento, a demanda para a educação ainda não está sendo plenamente atendida. Em 2008, 71% das crianças que solicitaram matrícula em pré-escolas da rede pública conseguiram vaga”.

Na Estratégia de Matrícula 2009 a SEDF ressalta a prioridade de atendimento nos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente -CAICs às crianças que se encontram em situação de risco pessoal, social ou nutricional e às crianças de famílias com menor renda e filhos de mães trabalhadoras.

³⁵ FORUM DCA/DF Situação da implementação dos Direitos das Crianças e dos Adolescente no Distrito Federal – Sob a perspectiva orçamentária, Brasília, 11 de Julho de 2008

³⁶ FORUM DCA/DF Situação da implementação dos Direitos das Crianças e dos Adolescente no Distrito Federal – Sob a perspectiva orçamentária, Brasília, 11 de Julho de 2008

Programa 0164 - Escola de Todos Nós

É bastante evidente a baixa execução da ação 3271 selecionada do programa 0164 - Escola de Todos Nós que trata da construção de unidades da educação infantil. A ação dispõe de dotação inicial de R\$ 17,7 milhões, mas o valor autorizado ao final de abril é de apenas R\$ 8,5 milhões. O nível de execução ainda é muito baixo, tendo empenhados 9,6% e gasto efetivamente apenas 2%, cerca de R\$ 204,5 mil.

A ação Manutenção da Educação de Jovens e Adultos conta com recursos simbólicos de apenas R\$ 102,5 mil, com apenas R\$ 39,7 mil empenhados até o momento.

Em 2008, o número de matrículas foi de 66.612 alunos na modalidade presencial e 257 na modalidade semipresencial. Segundo Censo 2007³⁷ nos cursos presenciais as mulheres representavam 51,8% do total de alunos. Apenas 32,3% declararam raça/cor. Deste total 76,5% declaram cor preta e parda. Em 2007 a taxa de abandono era significativamente elevada nesta modalidade atingindo em todo o DF 29,3%, mas há casos-limites, como São Sebastião, de 37,3%.

Município	Dependência	Matrícula Inicial			
		Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semipresencial)	
		Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio
BRASILIA	Estadual	32.767	33.845	101	156
	Federal	0	0	0	0
	Privada	807	2.184	368	816
	Total	33.574	36.029	469	972

INEP Resultados do Censo Escolar 2008 - Educacenso

²Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

³⁷ Até esta data não está disponível a **Sinopse Estatística da Educação Básica para 2008**.

A ação 2393 - Manutenção da Educação Especial conta com recursos da ordem de R\$ 2,2 milhões, sendo empenhados R\$ 217 mil e liquidados R\$ 119 mil. Segundo o Educacenso 2008, estavam matriculados nas dependências do GDF 12.679 alunos, representando 88% do total de matrículas nesta modalidade. Do total 57,5% estavam matriculadas em classes inclusivas, 27% em classes exclusivas e 15,7% em classes especiais.

Município	Dependência	Matrícula Inicial							
		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund1,2	EJA Médio1,2
BRASILIA	Estadual	1.435	2.442	5.520	2.075	581	23	503	100
	Federal	0	0	0	1	0	0	0	0
	Privada	62	467	294	213	93	371	222	0
	Total	1.497	2.909	5.814	2.289	674	394	725	100

INEP Resultados do Censo Escolar 2008 - Educacenso

¹Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

²Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Programa 1250 - Erradicação do Analfabetismo

O programa 1250 - Erradicação do Analfabetismo dispõe de dotação inicial de R\$ 10 milhões, com valor empenhado de somente 9%, ou seja, R\$ 901 mil.

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social - PDES do Distrito Federal para o quadriênio 2007/2010 define como orientação estratégica a alfabetização de pessoas entre 15 e 29 anos que se declararam analfabetos na PNAD, transformando o DF na primeira unidade da Federação a erradicar completamente o analfabetismo. Segundo Relatório de Atividade 2008, foram alfabetizados no biênio 14.979 alunos 2007/2008. Em 2008 o total de gastos foi de R\$ 2,44 milhões.

A Lei Orgânica em seu art. 235, §3º estabelece que:

§ 3º O currículo escolar e o universitário incluirão, no conjunto das disciplinas, conteúdo sobre as lutas das mulheres, dos negros e dos índios na história da humanidade e da sociedade brasileira

A ausência do programa 1452 *Educação para a Diversidade e Cidadania* na LOA/2009 vai na contramão desta legislação.

O governo federal tem sido parceiro do GDF em algumas iniciativas. A primeira se refere ao Convênio nº 576413 entre o MEC e Agência para o Desenvolvimento Social e Humano/GDF

para "Apoiar as ações de implantação e implementação do Projeto: Ser (E Poder Ser) Educadores capacitados para atuar com a temática da diversidade sexual, com objetivo de capacitação de professores da rede pública de ensino do Distrito Federal" no valor de R\$37.500,00, já totalmente liberado e R\$ 500,00 de contrapartida, vigência de 13/12/2006 a 30/11/2008³⁸.

A Lei Distrital nº 3.456/2004, dispõe sobre a aplicação da Lei federal nº 10.639/2003, que Trata do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino oficiais e particulares, no âmbito do Distrito Federal, mediante as seguintes iniciativas:

- I – oferecimento aos professores do sistema de ensino do Distrito Federal de cursos de capacitação em História e Cultura Afro-brasileira;
- II – fomento à produção de materiais didáticos que contemplem as temáticas História e Cultura Afro-brasileira;
- III – oferecimento aos estudantes e professores de materiais didáticos compatíveis com os objetivos da Lei;
- IV – divulgação e premiação de experiências pedagógicas bem sucedidas no ensino da História e Cultura Afro-brasileira, no âmbito do sistema de ensino do Distrito Federal;
- V – intercâmbio com os países africanos, caribenhos, das Américas e outros que tenham conduzido processos semelhantes de inclusão

É preciso verificar a efetividade da legislação distrital. Nesta direção é importante citar o apoio do governo federal, citado no Relatório de Atividades 2008, através do Convênio 862.018/06, FNDE/MEC, no valor de R\$160 mil, com o objetivo de "conceder Apoio Financeiro para Prática Educativa de Atitudes e Valores para Formação da Cidadania, Respeitando e Valorizando a Diversidade Étnico-Racial, Superando o Racismo e a Discriminação Racial na Escola. O convênio se destina a aquisição de livros paradidáticos e sua vigência 29/06/07 a 23/12/08.

Além da oferta de cursos para apoiar os professores da rede na implantação desta legislação, foi criado em 2008 o Espaço Afro-Brasilidade que funciona na EAPE - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação e oferece uma programação de cursos, oficinas e projeções de filmes, com a finalidade de formar os docentes e subsidiá-los em suas atividades. Além desta programação fixa, um dos serviços prestados no Espaço são as assessorias a escolas públicas do DF interessadas em implantar projetos pedagógicos sobre a questão racial.³⁹

³⁸ www.transparencia.gov.br

³⁹ <http://noticiasdarede.se.df.gov.br/2009/03/03/espaco-afro-brasilidade-realiza-oficinas-mensais-na-eape-em-2009/>

Programa I300 - Difusão e Promoção Cultural

O programa não apresenta sinais de incorporação da transversalidade de raça e gênero, contanto apenas com alguns subtítulos nesta direção, conforme tabela abaixo:

Ação 2007 Promoção de Atividades Culturais

8291	APOIO A EXECUÇÃO DO PROJETO RAIZES AFRICANAS DESENVOLVIDO PELA INSTITUTO DE COOPERAÇÃO HUMANO E SOCIAL	50.000
8292	APOIO A REALIZAÇÃO DO FESTIVAL CONEXÕES GRIÔ -INSTITUTO BRASIL CIDADÃO	200.000
8293	APOIO ÀS ATIVIDADES DO PROJETOS SÃO BATUQUE-PICHAIM PRODUÇÕES	200.000
8763	APOIO AOS PROJETOS MARIAS DA PÊIA E PROFISSÃO ARTE DE TEATRO	200.000

Ação Construção de Centro Cultural

8474	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO CULTURAL AFRO BRASILEIRO DE BRAZLÂNDIA	100.000
------	---	---------

Destaque para o projeto Maria's da Pêia, nome de uma série de esquetes teatrais que são apresentadas de forma gratuita e nas ruas do DF e entorno retratando as violências domésticas as quais milhares de mulheres estão sujeitas. “As esquetes tem por objetivo ser um contraponto dentro deste ciclo, trabalhando no sentido da informação para prevenção/erradicação da violência doméstica contra as mulheres tendo como auxílio à realização de oficinas, bates-papos e distribuição de material informativo”.

São selecionadas ainda algumas ações estruturantes da área da cultura no DF que podem dialogar com o II Plano Nacional de Política para as Mulheres, na “Prioridade 8.1. Estimular e garantir que os programas de fomento à produção e difusão cultural valorizem a expressão das mulheres e a sua contribuição social, política, econômica e cultural”, como o Projeto Arte por Toda a Parte, Incentivo a Realização de Filmes e Projeto Mala do Livro.

A dotação inicial das ações selecionadas é de R\$ 1,23 milhão, com execução nos primeiros 4 meses de apenas R\$ 390,00.

TEMA: GESTÃO

Foram selecionadas para acompanhamento no projeto Orçamento Mulher DF algumas ações do programa *0100 Apoio Administrativo*. São ações vinculadas à manutenção de vários conselhos de direitos com forte interface com a questão de gênero e racial, além de ação de manutenção da Defensoria Pública do DF.

No conjunto, as ações vinculadas à manutenção dos Conselhos apresentaram dotação de R\$ 1,9 milhão, mas até abril foram bloqueados R\$ 500 mil, sendo autorizados R\$ 1,4 milhões. O nível de execução é muito baixo, apenas 5,1%.

Dos nove Conselhos acompanhados apenas 04 apresentavam algum empenho e destes 02 apresentavam realização de despesas.

Chama atenção a diferença das dotações aprovadas para cada um, passando de R\$ 50 mil a R\$ 468 mil.

O Conselho dos Direitos da Mulher – CDM foi criado pelo Decreto nº 11.036, de 09/03/1988, e seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 14.727 de 19/05/93.

A ação de Manutenção do CDM dispõe de dotação de R\$ 100 mil, sendo empenhados R\$ 55 mil e executados R\$ 53 mil até abril.

Segundo o art. 2º do Regimento Interno o CDM tem como objetivo ações que perpassam várias dimensões das políticas públicas:

“Art. 2º - O Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal tem como objetivos:

I - promover uma política global, visando a eliminar as discriminações e violências a que venham a ser submetidas as mulheres;

II - incentivar e apoiar a organização e a mobilização das mulheres, possibilitando sua integração como cidadãs em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;

III - promover e desenvolver estudos, debates e pesquisas relativas à mulher;

IV - cooperar com os órgãos governamentais na elaboração e realização de programas de interesse da mulher, propondo medidas objetivas, especialmente nas áreas de:

a) Saúde - apresentar projetos e/ou propostas que visem a garantir assistência integral à saúde da mulher;

b) Educação - incentivar e promover ações de educação e ensino no sentido de assegurar o acesso da mulher, nos centros urbanos e na área rural, aos cursos regulares, de formação profissional, treinamento e atualização;

c) Materno-Infantil - lutar para que a maternidade seja de livre opção da mulher, pela assistência à maternidade pré-natal, parto e pós-parto, bem como pelo direito de evitar a gravidez sem prejuízo da saúde, através de orientação médica e educativa e pelo direito de creche no local de trabalho;

d) *Cultura* - zelar para que a educação, os diferentes segmentos sociais e os meios de comunicação sejam instrumentos de acesso aos bens culturais e de preservação de identidade cultural da mulher;

e) *Trabalho e Movimento Sindical* - lutar pela garantia da sindicalização, proteção à trabalhadora gestante e nutriz, igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional;

f) *Movimentos Comunitários* - incentivar e apoiar a participação da mulher nas entidades comunitárias, estimulando sua organização e luta contra a violência e a discriminação;

g) *Sócio-Econômica* - incentivar a participação das mulheres nas decisões do Governo;

h) *Jurídica* - organizar palestras, debates, estudos e pesquisas visando a assistência jurídica à mulher, bem como divulgar a legislação específica sobre direitos e deveres da mulher;

i) *Político Institucional* - estimular e apoiar a participação da mulher nos partidos políticos, incentivando lideranças femininas à disputa eleitoral e ocupação de cargos de decisão no Governo.

V - Zelar pelos interesses e direitos das mulheres, fiscalizando e fazendo cumprir a legislação pertinente.

Mas o CDM tem atuação dirigida especialmente às políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. O CDM é responsável pelo programa Casa Abrigo de Mulheres, Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica e Sexual, Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência, que oferece tratamento psicológico ao agressor e a família e assistência social e jurídica, e o Disque Direitos Humanos da Mulher, onde é realizado o atendimento jurídico às mulheres vítimas de violência por uma advogada, por telefone ou com agendamento.

Em junho de 2009 a Estrutural passou a contar com um Centro de Referência de Atendimento às Mulheres, tendo iniciado também Curso de Capacitação e Implantação da Rede Integrada de Atendimento às Mulheres.⁴⁰

As realizações apresentadas pelo CDM no Relatório de Atividades 2008 dão conta do perfil pouco estruturado e disperso do atendimento prestado:

“Realizado um total de 22.862 atendimentos, referentes à garantia de direitos, tais como:

⁴⁰ www.jornaldebrasil.com.br Mulheres ganham centro de referência contra a violência- 16/06/2009; www.sejus.df.gov.br, Inaugurado Curso de Capacitação e Implantação da Rede Integrada de Atendimento às Mulheres -26/06/09

atendimento ginecológico, clínico geral, dentário, hospitalar, medidas preventivas, orientação sexual, educação física, solicitação de passagem, deprove transferência, jurídico, ações distribuídas, Vara da Infância e Adolescente, acompanhamento pedagógico interno: pediátrico e psicológico, regularização de CPF, banco e FORUM, palestras e oficinas de Saúde Integral da Mulher;”

A manutenção do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro conta com a segunda maior dotação prevista para 2009 entre os demais Conselhos de direitos, R\$ 400 mil, sendo empenhados R\$ 32 mi e executados R\$ 19 mil até abril. Em 2008 foram gastos apenas R\$ 25 mil. O maior aporte de recursos certamente se deve a realização da II Conferência Distrital de Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial realizada em maio de 2009

A realização de conferências distritais é destaque no Relatório de Atividades 2008 como a Iª Conferência Distrital de Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e transexuais, a II Conferência Distrital de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a II Conferência Distrital de Direitos Humanos e a II Conferência Distrital dos Direitos da Pessoa Idosa. O protagonismo federal de convocação das conferências cumpre importante papel ao estimular a participação social nesse espaço, contando com a adesão do poder público distrital.

A SEJUR realiza ainda um conjunto de atividades pontuais e não orgânicas no âmbito de suas responsabilidades, como as selecionadas abaixo, presentes no Relatório de Atividades 2008:

- ≡ *Mutirões de Cidadania - 7.000 pessoas*
- ≡ *Comemoração ao Dia da Mulher – 8 de março, atendimento à comunidade carente do DF - 3.100 pessoas*
- ≡ *Promoção da Auto-Estima e Valorização das Mulheres da Terceira Idade - 2.800 pessoas*
- ≡ *Participação do evento “Dia de Luta da Pessoa com Deficiência” - 1.000 pessoas*
- ≡ *Miss Terceira Idade’ - 2.800 pessoas*
- ≡ *Manutenção do Núcleo Familiar – através de atendimento e palestras, levando ao agressor uma visão renovada do ambiente familiar - 6.237 pessoas*
- ≡ *Palestras de Promoção e Valorização da Pessoa com Deficiência - 1.000 pessoas*
- ≡ *Jogo da Acessibilidade - 2.500 pessoas*
- ≡ *IV Semana de Valorização da Pessoa Com Deficiência - 1.600 pessoas*

Apesar do mérito de algumas dessas ações, a ação governamental deve estar baseada numa política pública estruturada, com desenho bem definido, escala adequada, com monitoramento e avaliação de seus resultados.

Chama atenção que após quatro meses a ação 6348 - Manutenção das Ações da Defensoria Pública do DF, objeto de emenda parlamentar, com dotação inicial de R\$ 1,5 milhão, não apresente realização de despesas, que deveria ser de natureza continuada. A manutenção do CEAJUR tem sido executada através da ação 8517 Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Subtítulo 7254 Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais do Centro de

Assistência Judiciária – CEAJUR. A dotação inicial de R\$ 2,97 milhões sofreu redução de R\$ 750 mil, tendo valor autorizado de R\$ 2,32 milhões. Já foram empenhados R\$ 483 mil e liquidados R\$ 354 mil. Em 2008 foram liquidados R\$ 754 mil.

O Governo do Distrito Federal convocou novos defensores públicos no 1º semestre de 2009. Assim, a Defensoria Pública passa a contar com 170 defensores de um quadro previsto em Lei de 200 defensores públicos.

O governo federal, através do Ministério da Justiça, tem apoiado a Defensoria Pública do DF, através de convênios, entre outros já citados nos comentários do Tema Direitos Humanos:

Convênio 643596, tendo como objeto “Fortalecer o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública do Distrito Federal, através da modernização e aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária com equipamentos de informática, com recursos já liberados no valor de R\$ 500 mil e vigência de 26/12/2008 a 25/12/2009.

Convênio 640053, tendo como objeto “Ampliação do atendimento jurídico em diversas áreas jurídicas do Distrito Federal, bem como melhorar o atendimento já prestado pelos Núcleos de Assistência Jurídica em todos os fóruns, espaço cedido pelo TJDF-Tribunal do Distrito Federal ligados ao Centro de Assistência Judiciária, no valor de R\$ 250.000,00, com vigência de 30/12/2008 30/10/2010 e contrapartida de R\$ 25.000,00.

Vale lembrar que a Lei Orgânica do DF em seu art. 116 prevê na Assistência Judiciária, centro de atendimento para a assistência jurídica, apoio e orientação à mulher vítima de violência, bem como a seus familiares.

Nessa direção convém citar dois convênios assinados pelo Ministério da Justiça e a SEJUS vinculados ao atendimento as mulheres em situação de violência:

Convênio nº 598408 que tem como objeto a Implementação de Atendimento integral as mulheres em situação de violência, já mencionado no tema Direitos Humanos e Cidadania;

Convênio nº 626703, objeto “Fortalecer o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública do DF por meio do aparelhamento do Núcleo de Defesa da Mulher, com o fito de assegurar a efetividade de assistência jurídica integral e gratuita, garantindo a efetividade dos benefícios e medidas judiciais previstas na Lei nº 11.340/2006.” com vigência de 27/06/08 a 26/06/2009 no valor de R\$ 300.055,00, contrapartida de R\$ 3.000,00, com valor total liberado

Esse conjunto de iniciativas contribui na garantia da efetividade da Lei Maria da Penha no DF e na consecução dos direitos das mulheres. Mas, é preciso que o CDM ocupe papel central nesse processo. Para isso, a institucionalidade do Conselho é um ponto fundamental para o aprofundamento desse processo. Por isso, urge revisão da legislação, inclusive de seu status legislativo, com adequação de suas atribuições, que devem cumprir o papel propositivo, de monitoramento e de avaliação das políticas para as mulheres e com enfoque de gênero, além do papel de articulação, com o governo e a sociedade, inclusive com os demais conselhos de direitos. A legitimidade dos membros, a regularidade de seu funcionamento, e a garantia de estrutura física e de pessoal, são outras dimensões que devem estar presentes nesse debate.

Por outro lado, é fundamental a criação de um organismo executivo, nos moldes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculado ao Gabinete do Governador, com garantia de status político, que possibilite o diálogo com todo o governo na busca da incorporação do enfoque de gênero e raça nas políticas públicas. Segundo Decreto 27.970/2007 que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, hoje este papel cabe a uma Gerência a Gestão e Políticas de Gênero.

TEMA: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Foram selecionados oito programas, listados a seguir, sendo considerado o conjunto de suas ações:

0122 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA
0124 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO
0150 - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL
0550 - COMBATE À OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO
1050 - GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUO SÓLIDO URBANO
1200 - DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL
3100 - ILUMINANDO O DISTRITO FEDERAL
3300 - MÃOS A OBRA

O conjunto dos programas selecionados conta com dotação inicial de R\$ 536,7 milhões, sendo suplementado até abril em R\$ 52 milhões. Assim o valor autorizado passa a R\$ 588,7 milhões. Já foram empenhados R\$ 183 milhões, que correspondem a 31% do valor autorizado e liquidados 13%, desempenho bastante positivo no cenário atual de crise, após o anúncio do corte ou adiamento de várias obras feito em março pelo Governador do DF.

Apesar da crise, o momento é traz alguns elementos positivo para a população do DF, especialmente para os mais pobres que sofrem as conseqüências da ausência ou da baixa infra-estrutura dos sistemas de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos e com os problemas habitacionais.

Segundo a PNAD/2007, 3,9 dos domicílios não contam com serviço de abastecimento de água por rede geral, colocando o DF em 12º lugar no Brasil. 13% dos domicílios não contam com serviço de rede coletora de esgotamento sanitário, colocando o DF em 10º no ranking dos estados brasileiros.⁴¹

Mas, a realidade das desigualdades espaciais no DF demonstra que os problemas são gravíssimos em algumas localidades. Levantamento preliminar da CODEPLAN realizado em

⁴¹ ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2008/

2009 em 05 cidades (Brazlândia, Samambaia, Sobradinho II, Riacho Fundo II e Estrutural) demonstra que a situação é crítica para as famílias até 02 salários mínimos, especialmente nos novos assentamentos. Na Estrutural 66,4% dos imóveis necessitam reparos e em Sobradinho II 63,8%. Em relação a esgotamento sanitário a Estrutural também se destaca com 69,2% dos domicílios com fossa séptica e 30,1% com fossa rudimentar. Em Sobradinho II a situação é um pouco menos dramática, 75,2% dos imóveis estão ligados a rede geral, 11,4% possuem fossa séptica e 10,5% possuem fossa rudimentar. Apenas no Riacho Fundo II há ligação de 100% dos imóveis a rede geral.⁴²

O Governo do Distrito Federal conta com recursos significativos do Governo Federal com a prioridade dada aos temas, seja no PAC, seja no novo Programa Minha Casa, Minha Vida, seja com recursos advindos de empréstimos do Banco Mundial com aval do Governo Federal, especialmente o programa Brasília Sustentável. A manutenção destes investimentos se traduz em importante política anticíclica por parte do Governo local e federal, com repercussão na qualidade de vida das camadas mais pobres da população.

Bom exemplo dessas parcerias são os investimentos realizados na cidade Estrutural. Com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, do Banco Mundial e do GDF estão sendo realizadas obras de asfaltamento, drenagem pluvial e meios-fios, além da construção de escolas, restaurante comunitário, centros de saúde e postos policiais. No total, estão sendo aplicados mais de R\$ 125 milhões em obras de infra-estrutura. O programa Brasília Sustentável, financiado parcialmente pelo Banco Mundial (BIRD), é responsável pelo investimento de R\$ 52 milhões, com contrapartida de 10% do GDF. Com o recurso de R\$ 40 milhões do PAC, sendo 10% também de contrapartida do GDF, serão construídas 1.360 casas, entre outras obras.⁴³

No Relatório PAC 2 anos- DF, na área de Infraestrutura social e urbana, tem como Estratégia:

“Melhorar as condições de vida da população, garantindo:

- ≡ Construção do Sistema de Abastecimento de Corumbá Sul: Gama e Santa Maria
- ≡ Segurança hídrica do DF a partir de 2010 - construção do sistema de abastecimento de água de São Bartolomeu
- ≡ Abastecimento de água e esgotamento sanitário nos assentamentos de baixa renda:
 - = Itapoã, Vila Estrutural, Arapoanga, Olhos D’Água, Riacho Fundo, Setor G-Sul (Taguatinga) e Pôr-do-Sol e Sol Nascente (Ceilândia)

⁴² Correio Braziliense, “Retrato da pobreza candanga”, 25/06/2009, pg48.

⁴³ www.df.gov.br “Asfalto e esgoto chegam à Estrutural” 11/07/2008

- ≡ Remoção de moradias localizadas em beiras de córregos e áreas de risco: Favela da estrutural, Favela do DNOCS e QNR 2 e 5 em Ceilândia”

Na área de saneamento estão previstos 13 obras no valor total de R\$ 785,6 milhões, nos seguintes estágios: 3 em contratação, 7 contratadas e 3 obras. Na área de habitação estão previstas 8 obras no valor de R\$ 135,1 milhões, 4 contratadas e 4 em obras e R\$ 2 bilhões em empréstimos para pessoa física.

Em fevereiro o Governo Federal autorizou a liberação de R\$ 284 milhões para o Programa Pró-Moradia II para obras de infra-estrutura nos condomínios de baixa renda Pôr-do-Sol e Sol Nascente, em Ceilândia, e a Mestre D’armas e Arapoanga, em Planaltina.

Na área de habitação destaque para a aprovação de duas leis complementares no final de 2008. A Lei complementar nº 794, sancionada em 19 de dezembro de 2008, “Cria o Programa Cheque-Moradia no âmbito do Distrito Federal, destinado à construção e melhoria de unidades habitacionais de interesse social”. Os benefícios do Programa Cheque-Moradia serão concedidos, preferencialmente, em nome da mulher, para famílias com renda até 3 Salários Mínimos.

O Programa é destinado à aquisição de mercadorias ou materiais para construção, reforma, ampliação ou conclusão de unidades habitacionais de interesse social, integrantes ou não de programas habitacionais locais. São destinados até R\$15 mil para a construção da unidade habitacional e até 6 mil para a reforma, ampliação ou conclusão de unidade habitacional.

O Programa Cheque Moradia, implementado através do programa orçamentário *1200 Desenvolvimento Habitacional*, ação 4023, contava com dotação inicial de R\$ 12 milhões, mas até abril sua dotação foi reduzido em R\$ 3,5 milhões. Assim o valor autorizado é de R\$ 8,5 milhões, sendo liquidados R\$ 3 milhões, ou seja, 35 % do total.

A Lei Complementar 796, de 22 de dezembro de 2008 instituiu o Programa Habitacional para Pessoas com Deficiência, que assegura de 5% a 10% de todos os imóveis do Programa Habitacional do DF às pessoas com deficiência, pais ou responsáveis pela guarda e proteção.

Destaque ainda para aprovação do PL 832/2008 em junho de 2009, que destina às mulheres chefes de família no mínimo 20% das casas construídas por programas habitacionais do DF. A iniciativa é importante, pois demonstra a preocupação em especificar o atendimento as mulheres, mas, por outro lado o percentual mínimo estabelecido está aquém do que mostram as estatísticas de mulheres chefes de família. Segundo a PED/DF 2007 as mulheres representam 30% dos chefes de família e segundo a PNAD/2007 as mulheres representam 41,6% das pessoas de referência dos arranjos familiares.

Além disso, o conceito de chefe de família definido no art. 1º do PL é muito restritivo, o que pode gerar ainda novas distorções:

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se chefes de família as mulheres que sozinhas sejam responsáveis pela guarda, sustento e educação de seus filhos e filhas de até quatorze anos de idade.

TEMA: PROTEÇÃO SOCIAL

Foram selecionados os seguintes programas para acompanhamento no tema Proteção Social:

0169 - PROMOÇÃO COMUNITÁRIA
0208 - PROTEÇÃO SOCIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS
1461 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (EP)
1462 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (EP)
1464 - RESPONSABILIDADE SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR (EP)
1750 - VIDA MELHOR
2403 - PROTEÇÃO E CUIDADO INFANTIL
2409 - APOIO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A dotação inicial do conjunto dos programas do tema Proteção Social é de R\$ 296,4 milhões, mas até abril foram cancelados R\$ 14,2 milhões. A garantia do GDF de que os programas sociais não seriam afetados nos cortes programados parece não ser realidade até este momento do ano. Assim, ao final do 1º quadrimestre o valor autorizado é de R\$ 282,2 milhões, sendo empenhados R\$ 76,8 milhões, cerca de 27%, e liquidados R\$ 57,4 milhões, 20% do total disponível.

Programa 0169 - Promoção Comunitária

O programa dispõe de R\$ 15,3 milhões, sendo empenhados R\$ 3,5 milhões. A principal ação objeto de empenho se destina a Construção do Centro de Capacitação do Trabalhador e Produtor Rural, com valor autorizado de R\$ 4,4 milhões, sendo empenhados R\$ 3,2 milhões e está sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Para a construção de restaurante comunitário, ação 5762, foram empenhados R\$ 360 mil, de um valor autorizado de R\$ 3,4 milhões.

As ações 1951 e 5058 que envolvem a construção de creches no valor de R\$ 3,4 milhões não apresentaram execução até abril. Essa informação é preocupante, especialmente se considerarmos o histórico recente. Em 2006 e 2008 nada foi executado e em 2007 apenas R\$ 289 mil⁴⁴.

⁴⁴ Criança e adolescente

Programa 0208 - Proteção Social a Indivíduos e Famílias

O programa 0208 - Proteção Social a Indivíduos e Famílias apresenta fragilidades em seu desenho e conta com recursos reduzidos. Do valor aprovado na LOA/2009 de R\$ 1,7 milhões, já foram cancelados R\$ 900 mil, restando como valor autorizado R\$ 782 mil. A ação 4012 Socorro Social foi objeto desse cancelamento, cuja dotação inicial de R\$ 1,05 milhão, passou a apenas R\$ 150 mil. O Projeto Socorro Social institui o atendimento prioritário à moradia nos Programas Habitacionais do Governo do Distrito Federal, sob a forma de socorro social e atendimentos emergenciais.⁴⁵

Segundo a Política Nacional de Assistência Social a proteção social é hierarquizada em básica e especial.

A Secretaria Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal- SEDEST é a principal executora destas ações e conta com as seguintes unidades descentralizadas:

Assistência Social

- ≡ 19 Centros de Referência da Assistência Social;
- ≡ 17 Centros de Orientação Socioeducativa;
- ≡ 07 Centros de Referência Especializada da Assistência Social;
- ≡ 1 Centro de Abrigamento - Abrigo Reencontro – ABRIRE;
- ≡ 1 Centro de Albergamento - Albergue Conviver – ALBERCON;
- ≡ 1 Casa do Migrante;
- ≡ 1 Casa de Passagem Mulheres – Casa Flor;
- ≡ 1 Casa de Passagem de Meninos.

A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No Relatório de Atividades 2008 as principais atividades vinculadas a Proteção Social Básica são listadas na tabela abaixo:

⁴⁵ GDF, Relatório de Atividades 2008, Prestação de Contas Anual do Governador - Considera-se como socorro social a entrega de moradia às famílias que, por estarem vivendo em constatado estado de penúria ou desamparo, justifiquem um atendimento prioritário. Considera-se como atendimento emergencial ou risco a entrega de moradia para famílias que, comprovadamente sofrem de doenças graves ou ocupam áreas de risco.

Tabela 62 – Distrito Federal – Estatísticas Gerenciais – Proteção Social Básica

Atendimentos Realizados no âmbito da SEDEST - 2008

Programas	Atividades	Em 2008
Proteção Social Básica	Ações de Atenção a pessoa idosa em Centro de Convivência em ENG's	356
	Atendimento Infantil em ENG's – Creches	11.344
	Ações de Atenção à infância (0 a 6 anos) em Lares de Cuidados Diurnos	468
	Sócio-educativo as Famílias de Crianças de 0 a 6 anos atendidas na rede conveniada	4.086
	Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano	699
	Serviço de convivência para jovens de 15 a 17 anos – Projovem Adolescente	3.622
	Atividades de convivência Geracional e Intergeracional/COSES	6.575
	ExpressAção – Cose Móvel	3.044
	Atendimento em Jornada Ampliada para crianças, adolescentes e jovens em ENG's	4.818
	Atenção Integral à Família – PAIF	45.577
	Inclusão Produtiva – PAIF	499
	Atendimento em Educação para o Trabalho – Capacitação Profissional em ENG's	584
	Atendimento em Educação para o Trabalho – Informática/SECONCI	2.172
	Atendimento em Educação para o Trabalho – Alfabetização/SECONCI	271
	Serviço funerário gratuito	1.551
Ações de Atenção Integral a Infância e Adolescência – Jornada Ampliada – PETI	2.420	

Fonte: SUBPLAGI/SEDEST

Programa 1461 - Proteção Social Básica

Na LOA/2009 o programa 1461 - Proteção Social Básica é o segundo programa do Tema Proteção Social em volume de recursos. Sua dotação inicial é de R\$ 70,1 milhões, mas até abril já foram cancelados quase R\$ 5,9 milhões. Assim, o valor autorizado é de R\$ 65,7 milhões, sendo empenhados R\$ 19,3 milhões, 29%, e liquidados R\$ 16,8 milhões.

É neste nível de proteção que são, ou deveriam ser, implementadas ações que contribuem para a quebra de isolamento das mulheres, fortalecimento de suas identidades e de cidadania, e conseqüentemente ações de prevenção a violência doméstica.

As ações orçamentárias relativas a investimentos em equipamentos públicos, como a construção e reforma de prédios e próprios não apresentaram execução neste 1º quadrimestre.

O valor aprovado na LOA/2009 para a ação 6356 Serviços de Proteção Social Básica às Famílias foi de R\$ 27 milhões, mas em função de cancelamentos de R\$ 5 milhões, dispõe de

valor autorizado de R\$ 22,6 milhões. Até abril foram empenhados R\$ 5,3 milhões e liquidados R\$ 5 milhões.

Dos 16 subtítulos, 01 se refere ao Serviço de Atenção Integral as Famílias – PAIF, “serviço continuado com oferta de trabalho social para famílias em vulnerabilidade social, com a finalidade de fortalecer a sua função protetiva, a superação de situações de fragilidade social, o acesso e usufruto de direitos humanos e sociais e a melhoria de sua qualidade de vida.”⁴⁶ Esse serviço é ofertado nos 19 CRAS instalados no Distrito Federal e suas ações não são terceirizadas nem conveniadas. Este o principal serviço da Proteção Básica responsável por 45.577 atendimentos em 2008. Os 15 demais subtítulos se referem a serviços de educação socioprofissional e promoção da inclusão produtiva de naturezas diversas. Entre estes, dois subtítulos se referem a projetos destinados a mulher, 0007 Projeto Mulheres da Paz e 0011 Projeto Mulheres Empreendedoras, ambos com dotação de R\$ 21 mil, sem execução até abril.

A capacitação do projeto Mulheres da Paz teve início em março/2009 envolvendo temas como Justiça, Direitos Humanos, mediação de conflitos, Lei Maria da Penha, apoio psicossocial coletivo e informática, além de informações sobre o programa federal PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. No Distrito Federal foram abertas 200 vagas, sendo 90 mulheres para Estrutural, 55 para Arapoanga e 55 para Itapoá, sendo oferecido bolsa mensal de R\$ 190,00 para 12 horas/semana. O Projeto tem a duração de um ano e “tem como objetivo colocar as mulheres para atuar em suas comunidades mediando conflitos, divulgando e realizando ações que orientem a comunidade na prevenção e redução das violências, criando condições para o resgate dos jovens expostos à violência doméstica e urbana, identificando, encaminhando e acompanhando estes jovens ao núcleo familiar e à rede de proteção social.”⁴⁷ Essa concepção tem encontrado forte resistência no movimento de mulheres e feministas e a Conferência Nacional de Segurança Pública, que deverá ocorrer em agosto, será espaço importante para este debate na busca de alteração desta concepção.

Para sua implementação foram firmados dois convênios entre o Ministério da Justiça e Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho

Convênio 631765, cujo objeto “Aquisição de materiais e equipamentos e contratação de serviços para o desenvolvimento e a implementação do Projeto Mulheres da Paz nas comunidades que constituem as áreas conflagradas do foco territorial, no valor de R\$ 825.448,50, totalmente liberado, e contrapartida de R\$ 9.880,00, vigência de 04/07/2008 a 07/08/2009

Convênio 638063, Objeto: Capacitação de mulheres selecionadas pelo projeto Mulheres da Paz, na temática Cidadania, Trabalho e Renda, visando o fortalecimento da

⁴⁶ Diagnostico Social DF

⁴⁷ www.sedest.df.gov.br Mensageiras da paz e da cidadania 18/03/2009

rede social de educadoras com incidência sobre as estratégias de inserção no mercado de trabalho e oportunidades de geração de renda, mediante a contratação de serviços e aquisição 900.000,00 contrapartida 414.004,00, sem liberação até junho/09, e vigência 26/12/2008 a 26/12/2009

O projeto Mulheres Empreendedoras envolve artesãs selecionadas entre as famílias atendidas pelos Centros de Referência da Assistência Social- CRAS, estimulando a produção e comercialização dos artesanatos.

O subtítulo 0010 Projeto ExpressAção conta com maior volume de recursos na ação 6356, cerca de R\$ 8 milhões, sendo executado até abril mais de 50%, ou seja, R\$ R\$ 4,2 milhões. O ExpressAção é a unidade móvel da SEDEST que percorre as cidades do DF oferecendo atividades esportivas, culturais, lúdicas e ocupacionais, bem como de acompanhamento escolar, segurança alimentar, nutricional e ambiental, de qualificação por meio de oficinas educativas, como oficinas de Operação, Montagem e Manutenção de Microcomputadores, Informática Básica, Teatro de Rua, Hip Hop – Break, DJ e Capoeira. Cada um dos cinco caminhões tem capacidade para treinar 950 crianças e adolescentes.⁴⁸

A ação 6357 Serviços Específicos de Proteção Social Básica dispunha na LOA/2009 de dotação de R\$ 25,6 milhões. Até abril sofreu uma pequena redução passando a dispor de valor autorizado de R\$ 27,1 milhões, sendo empenhados R\$ 12 milhões e liquidados R\$ 10,2 milhões.

Os principais subtítulos se referem à transferência para rede conveniada que prestam serviços de convivência para crianças de 0 a 6 anos, com execução de R\$ 8,7 milhões, apontando a necessidade de suplementação, e para crianças de adolescentes de 6 a 14 anos, com execução de R\$ 1,3 milhões.

O subtítulo 7338 Projovem Adolescente dispõe de R\$ 2,8 milhões, sendo empenhado e liquidado apenas R\$ 71,7 mil até abril.

A ação 6358 Ações Educativas para Criança e Adolescente dispõe de um único subtítulo 0001 Serviço de enfrentamento do Trabalho Infantil – Jornada Ampliada, classificado equivocadamente no âmbito da Proteção social Básica. A dotação aprovada na LOA/2009 é de R\$ 1,07 milhão, já foi suplementada em cerca de 50%, contando com valor autorizado de R\$ 1,57 milhão. Até abril foram empenhados R\$ 793 mil e liquidados R\$ R\$ 346 mil.

Vale lembrar que o “Eixo 9: Atendimento Socioeducativo de Crianças e Adolescentes” do Plano Distrital de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil traz uma série de atividades, com metas, prazos, responsáveis e parceiros objetivando o aperfeiçoamento e qualificação da Jornada Ampliando, visando o Desenvolvimento Integral e Saudável das Crianças e

⁴⁸ www.sedest.df.gov.br ExpressAção entrega certificados 06/04/2009

Adolescentes em Situação de Trabalho Infantil. No “Eixo II: Enfrentamento de Formas Específicas de Trabalho Infantil” o Trabalho Infantil Doméstico é destacado com atividades de elaboração, até julho de 2009, e implementação, até dezembro de 2010, de eixo para Enfrentamento ao Trabalho Doméstico Infantil.

A Proteção Social Especial é a “modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou psicológicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras”⁴⁹. A tabela abaixo apresenta o quadro de atendimento em 2008:

⁴⁹ Política Nacional de Assistência Social -PNAS

Tabela 63 - Distrito Federal – Estatísticas Gerenciais – Proteção Social Especial

Atendimentos realizados no âmbito da SEDEST – 2008

Programas	Atividades	Em 2008
Proteção Social Especial	Serviço de Abrigo na Rede Conveniada – Abrigo para Idosos em ENGs	315
	Serviço de Abrigo na Rede Conveniada – Abrigo para Pessoas com Deficiência em ENGs	216
	Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência em ENGs	1.272
	Serviços de Abrigo Integral Institucional/Abrigos em Casas Lares – ABRIRE	660
	Casa de Passagem Masculino	879
	Casa de Passagem Feminina	139
	Albergue de Mulheres – Casa Flor	129
	Casa de Passagem Adulto (*)	36
	Serviço de Abrigo na Rede Conveniada – Abrigo para Crianças e Adolescentes em ENGs	614
	Orientação e Apoio Sóciofamiliar no enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes	178
	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	3.428
	Plantão Social	43.575
	Serviço de Abordagem de Rua	5.350
	Serviço de Orientação e Apoio Sócio-familiar	6.185
	Localização de Pessoas Desaparecidas	66
Casa de Migrantes	328	
Atendimento a Situações de Natureza Especial (GAE)	Abordagem de Rua	2.306
	SOS Cidadão	3.326
	Apoio as Famílias de Remoção	5.263
	Plantão Social	5.031
	Cadastramento de Calamidade Pública	635
	Exploração e abuso sexual de criança/adol.	114
	Central de denúncias ao trabalho infantil	278
Atendimento em Albergue – ALBERCON	5.691	
Serviço de albergamento na Rede conveniada - CECOSAL	657	

Programa 1462 - Proteção Social Especial

Na LOA 2009 este programa dispunha de R\$ 20,8 milhões, sendo suplementada para R\$ 20,9 milhões. Sua execução é bastante limitada. Apenas 9% do valor autorizado, R\$ 1,9 milhões, foram empenhados e 8% liquidados, R\$ 1,6 milhões. Essa baixa realização de despesas é ainda mais preocupante considerando o público alvo desta ação ser o que apresenta maior nível de vulnerabilidade, e num contexto de crise este quadro é potencializado.

Também neste programa as ações vinculadas a construções não foram executadas até abril.

A dotação inicial da ação 6352 Serviços de Proteção Social Especial as Famílias é de R\$ 6,8 milhões, sendo empenhados apenas 3% até abril, R\$ 203 mil, e liquidados R\$ 106 mil.

Três subtítulos se destacam nesta ação. O subtítulo 0007 Serviço de Acolhida em Casas de Passagem para Adolescentes do Sexo Feminino, com dotação de apenas R\$ 130 mil, e o subtítulo 7205 Serviço de acolhida em Casa de Passagem para as Mulheres Desabrigadas - Casa Flor R\$153 mil, não apresentaram realização de despesas no 1º quadrimestre.

Vistoria realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania na Casa de Passagem de Meninas em Taguatinga em 2008 apontou uma série de problemas:

- ≡ o prédio que acomoda as adolescentes e prédio que acomoda as mulheres, quase todas com transtorno mental, separados apenas por um pátio
- ≡ os mesmos funcionários atendem os dois públicos, que exigem trabalhos completamente distintos e complexos
- ≡ problemas de Infra-estrutura e manutenção predial
- ≡ ausência de atividades para as jovens e as mulheres alojadas na Casa.
- ≡ ausência de equipamentos de proteção para uso dos funcionários
- ≡ ausência de disponibilização de roupas para as adolescentes alojadas
- ≡ acompanhamento psiquiátrico precário das mulheres com transtorno mental, pois a Casa não conta com psiquiatra, e o atendimento é prestado por um profissional do Hospital Vicente de Paula.⁵⁰

É preciso averiguar as atuais condições destes espaços e a adequação dos serviços prestados as adolescentes e as mulheres.

O subtítulo 7206 Serviço Especializado de Proteção a Pessoa em Situação de Violência, conta com recursos autorizados de R\$ 460 mil. Mas, passados 04 meses do ano o nível de recursos empenhados é de apenas 13,4%, R\$ 61,8 milhões e liquidados 9,5%, R\$ 43,7 milhões. Esta é

⁵⁰ www.ericakokay.com.br Comissão encontra vários problemas na Casa de Passagem Meninas, em Taguatinga, 31/03/2008

uma ação que deve ser estratégica para a garantia da efetividade da Lei Maria da Penha que em seu art. 9º prevê a prestação de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção. A capacitação continuada dos profissionais dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS com enfoque de gênero é uma condição para a qualificação da prestação desse serviço para as mulheres em situação de violência doméstica.

A ação 6353 Serviços Específicos de Proteção Social Especial apresentou ao final de abril valor autorizado de R\$ 8 milhões, sendo empenhado R\$ 1,7 milhão e liquidado R\$ 1,5 milhão. Essa ação se refere predominantemente ao repasse para a rede conveniada que presta atendimento em abrigos aos idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes e albergues para famílias e indivíduos, serviços de apoio a habilitação e reabilitação social de pessoas com deficiência, entre outros.

Programa 1464 - Responsabilidade Social e Segurança Alimentar

O programa conta com objetivo bastante amplo:

“Combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias, inclusive a educacional, promover a segurança alimentar e nutricional, criando a possibilidade de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local”

Para isso conta com dotação inicial de R\$ 25,8 milhões, mas sofreu redução no 1º quadrimestre, passando a dispor de valor autorizado de R\$ 25,1 milhões. Sua execução é muito baixa, pois apenas 1% foi empenhado e liquidado.

A ação 2094 Promoção de Assistência Social Comunitária conta com dois subtítulos vinculados as mulheres gestantes: o subtítulo 7887 Concessão de Enxoval para Mulheres Gestantes, com valor de R\$ 400 mil, e subtítulo 7886 Complementação Alimentar para Mulheres Gestantes, com valor de R\$ 1,2 milhão, ambos sem execução até abril/2009.

A ação 4944 Manutenção do Programa Renda Universitária dispõe de R\$ 12,7 milhões, sendo executados R\$ 253 mil até abril.

Para a Construção de Restaurante Comunitário, ação 5762, a LOA/2009 destinou R\$10 milhões, sem execução nos primeiros quatro meses do ano.

O Programa Vida Melhor foi criado por meio da Lei 4.208, de 25 de setembro de 2008, e objetiva “promover políticas integradas de combate à exclusão social, estimular a emancipação sustentada das famílias de baixa renda e estabelecer o Cadastro Único para monitoramento e

avaliação dos resultados. Consiste na unificação de procedimentos de gestão e das ações de Segurança Alimentar e de transferência de Renda direta e indireta do GDF”⁵¹.

Em 2008 o programa prestou os seguintes atendimentos⁵²:

Tabela 64 - Distrito Federal – Estatísticas Programa Vida Melhor – Atendimentos Realizados em 2008

Programas	Atividades		Em 2008
Apoio ao Educando	Programa Bolsa Escola		84.477 alunos
Responsabilidade Social e Segurança Alimentar	Renda Universidade do GDF		308 alunos
	Cesta Verde		14.281 famílias
	Nutrindo a Mesa	Nosso Leite (17,2 milhões de litros/ano distribuídos)	42.212 famílias
		Nosso Pão (37,3 milhões de pães/ano distribuídos)	42.212 famílias
	Restaurante Comunitário		4.786.377 refeições
	Bolsa Social		25.649 famílias
	Isenção de Tarifas Públicas		5.106 famílias

Fonte: SEDEST/SUBPLAGI

Programa 1750 - Vida Melhor

O programa *1750 - Vida Melhor* é o principal programa do GDF no âmbito da proteção social. A LOA 2009 destinou R\$ 136,7 milhões, mas em abril o valor autorizado era de R\$ 129,4 milhões. Foram empenhados 30,7%, R\$ 39,7 milhões e liquidados 26,7%.

A participação nas ações do programa está condicionada ao cumprimento do calendário integral de vacinação das crianças, inscrição dos desempregados nas Agencias do Trabalhador, participação nas atividades de qualificação e requalificação profissional e, nos casos de situação de analfabetismo entre os membros das famílias beneficiadas, que estes participem de atividades voltadas à erradicação do analfabetismo, assim como quando houver gestantes e nutrizes, que estas participem das atividades de aleitamento materno e pré-natal.

A adoção dessas condicionalidades dialoga com a orientação estratégica presente no PPA 2008/2011:

⁵¹ Diagnóstico Social do Distrito Federal

⁵² Diagnóstico Social do Distrito Federal

“Serão oferecidos aos beneficiários programas de formação, treinamento e reciclagem que lhes favoreçam a inserção no mercado de trabalho e o acesso a atividades econômicas estáveis e dignas, permitindo-lhes, no futuro, prescindir dos benefícios”⁵³.

O enfoque das condicionalidades voltados à inserção no mercado de trabalho deveria ser precedido de ações de resgate de cidadania e de efetivação dos direitos.

Segundo o art. 5º da Lei 4.208/2008, integrarão o Programa Vida Melhor as seguintes ações:

- I. *Nutrindo a Mesa* – destinada a crianças com idade entre 6 meses e 7 anos, idosos, mulheres gestantes e nutrizas, composta pelos seguintes benefícios:
 - a) *Nosso Leite*, com distribuição diária de:
 - 1) 1 litro de leite por criança à família com até 3 filhos;
 - 2) total de 4 litros de leite à família com 4 filhos ou mais;
 - 3) 1 litro de leite por idoso, mulher gestante e nutriz;
 - b) *Nosso Pão* – com distribuição diária de 2 pães vitamizados de 50 gramas, por criança, idoso, mulher gestante e nutriz;
- II. *Cesta Verde* – distribuição mensal, ou em situação emergencial, de uma cesta com produtos perecíveis e não-perecíveis;
- III. *Isenção de tarifas públicas* de serviços públicos de energia elétrica, água e esgoto;
- IV. *Restaurante Comunitário*;
- V. *Bolsa Escola* – apoio financeiro mensal às famílias selecionadas e incluídas no Cadastro Único dos Beneficiários dos Programas Sociais:
 - a) R\$130,00 para famílias com até 1 filho em idade escolar;
 - b) R\$150,00 para famílias com até 2 filhos em idade escolar;
 - c) R\$180,00 para famílias com 3 ou mais filhos em idade escolar;
- VI. *Bolsa Social* – R\$130,00 às famílias sem filhos em idade escolar, selecionadas e incluídas no Cadastro Único;
- VII. *Bolsa Alfabetização* – de R\$30,00 a ser concedido ao adulto não-alfabetizado integrante de família beneficiada pelas ações Bolsa Escola e Bolsa Social, enquanto permanecer estudando em curso de alfabetização, com a frequência mínima mensal de 75%.

De todas as ações previstas, apenas as ações Bolsa Alfabetização e Isenção de Tarifas Públicas não apresentaram execução até abril/2009. Nas demais os níveis de empenhos foram de 24% a 54% e liquidação de 11% a 50%.

⁵³ GDF, PPA 2008/2011 - ANEXO II - Orientação Estratégica do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social

São 07 Restaurantes Comunitários e 149 Pontos de Distribuição de Pão, Leite e Cestas Básica.

Programa 2403 - Proteção e Cuidado Infantil

O programa dispõe de dotação inicial de R\$ 3, 7 milhões, mas já foram cancelados R\$ 3 milhões da ação de Assistência à Criança. Até abril não houve realização de despesas.

Programa 2409 - Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais

O programa conta com R\$ 24,3 milhões, sendo empenhados 11,8 milhões e liquidados R\$ 4,1 milhões. A principal ação é o Fornecimento de Aparelhos de Órteses e Próteses, com recursos autorizados de R\$ 22 milhões.

TEMA: SAÚDE

No tema Saúde foram selecionados 05 programas para acompanhamento no Orçamento Mulher DF:

0211 - ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA
0214 - MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS/DF
0400 - ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E AMBULATORIAL
2418 - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MENTAL
5000 - ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

A dotação inicial do conjunto dos programas é de R\$ 670 milhões, sendo suplementada em 6% no 1º quadrimestre do ano. Assim a dotação autorizada passou a ser R\$ 708,8 milhões, com valor empenhado de R\$ 208 milhões, representando quase 30% do total autorizado, sendo liquidados 13%.

Programa 0211 - Assistência Farmacêutica

O programa dispõe de dotação de R\$ 195,5 milhões em 2009, significando um aumento de 29% em relação a 2008.

Até abril foram empenhados 44% do valor autorizado, R\$ 85,3 milhões e liquidados R\$ 32,8 milhões, 17%. Em 2008 o total de despesas realizadas foi de R\$ 149 milhões.

Programa 0214 - Modernização e Adequação do SUS/DF

O programa 0214 - Modernização e Adequação do SUS/DF têm como objetivo a “Melhoria da estrutura física de atendimento ambulatorial e de internação da rede pública de saúde do Distrito Federal”. Sua dotação inicial no valor de R\$ 60,6 milhões foi suplementada até abril em R\$ 8 milhões. Assim, o valor autorizado é de R\$ 68,6 milhões. Foram empenhados R\$ 24,9 milhões e liquidados R\$ 7,2 milhões no 1º quadrimestre de 2009.

Nenhuma das ações que trata de construção apresentou execução até final de abril. Das demais, apenas duas ações apresentaram execução. A ação 3487 Melhoria das Estruturas Físicas das Unidades da Secretaria de Saúde ao final de abril dispunha de valor autorizado de R\$ 19,2 milhões, sendo empenhados R\$ 9,8 milhões e liquidados R\$ 23 mil. Destaque para a

entrega da obra de reforma do bloco materno infantil do Hospital Regional da Asa Sul em junho, com investimentos de R\$ 1,8 milhão.⁵⁴

A ação 3467 Aquisição de Equipamentos dispõe de R\$ 30,6 milhões, sendo que metade desse valor já se encontra empenhado, R\$ 15,1 milhões, e liquidado R\$ 7,1 milhões. Segundo o GDF, foram feitos investimentos no valor de R\$ 10 milhões na compra das sete unidades de tomógrafos e de 40 aparelhos de raios-X destinados à rede pública. Os hospitais Regionais de Sobradinho e Taguatinga foram beneficiados com mamógrafos equipados com acessórios que permitirão a realização de biópsias de mama, além das mamografias. Cada mamógrafo foi orçado em R\$ 440 mil.⁵⁵

É bom lembrar o início da vigência da Lei federal nº 11.664/2008 em 29 de abril de 2009 que “Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”. A Lei garante as mulheres com mais de 40 anos fazer o exame da mamografia gratuitamente no Sistema Único de Saúde. Estimativa da Sociedade Brasileira de Mastologia prevê que só em 2009, 800 brasilienses desenvolverão o câncer de mama:

“O número, apesar de alto, não seria um problema se essas mulheres tivessem acesso a informação e prevenção adequadas. Diagnosticado precocemente, o câncer de mama pode ser curável em 95% dos casos. No entanto, essa não é a realidade de Brasília. A doença é a principal causa de mortes entre pessoas do sexo feminino no DF e nos estados do Sul e Sudeste”⁵⁶

Os novos equipamentos certamente contribuem para a melhoria do atendimento às mulheres, mas é fundamental uma avaliação do potencial de atendimento regionalizado no DF e acompanhamento da efetividade de realização dos exames a todas as mulheres com mais de 40 anos, considerando as fragilidades freqüentemente divulgadas pela imprensa do processo de manutenção dos equipamentos dos hospitais públicos do GDF. Para 2009 a meta da Secretaria de Saúde é a realização de 90 mil mamografias.⁵⁷

Pesquisa do Ministério da Saúde demonstra que o índice de realização de mamografias no DF é de 66,3%, abaixo da média das 26 capitais pesquisadas de 71%, nos últimos dois anos. Em relação ao exame papanicolau 25% das mulheres no DF não realizaram o exame nos últimos 3 anos, percentual também acima da média nacional de 20%.⁵⁸

⁵⁴ www.saude.df.gov.br “Bloco materno infantil reaberto após reforma”17/06/2009

⁵⁵ www.saude.df.gov.br “Hospital de Taguatinga se moderniza com a instalação de novos aparelhos”27/01/2009

⁵⁶ [//sus20anos.saude.gov.br](http://sus20anos.saude.gov.br) Correio Braziliense Prevenção garantida por ei,28/04/2009

⁵⁷ www.saude.df.gov.br SES investe na saúde da mulher 20/04/2009

⁵⁸ [//sus20anos.saude.gov.br](http://sus20anos.saude.gov.br) Correio Braziliense Prevenção garantida por ei,28/04/2009

No início de 2009 o GDF promoveu mutirão para realização de 20 mil exames preventivos contra o câncer de colo de útero em 45 dias. Segundo a Central de Citopatologia os resultados demoravam até seis meses para serem entregues e a meta atual é reduzir para 30 dias. Mas, no momento a demora é de dois meses. A central, criada em 2004, realiza cerca de 130 mil exames anuais. Mesmo assim, as lâminas vinham se acumulando ao longo dos últimos meses devido a uma série de problemas como a falta de material e escassez de pessoal técnico⁵⁹. Para 2009 a meta é a realização de 220 mil exames de papanicolau.⁶⁰

Se o acesso aos exames é uma tarefa difícil, é preciso ainda acompanhar a qualidade desse serviço, inclusive em termos tecnológicos, tempo de diagnóstico, entre outros aspectos. Vale lembrar que a Lei assegura também o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama. Assim, é fundamental monitorar o acesso ao tratamento em todas as suas etapas e dimensões. A Câmara Legislativa encaminhou Requerimento de Informação, de autoria da Deputada Érica Kokay, no dia 13/06/2009, solicitando informações da Secretaria de Saúde sobre o quadro de cânceres de mama e de colo uterino, além da estrutura disponibilizada pela pasta para assegurar a prevenção e a detecção precoce das doenças⁶¹

Programa 0400 - Atendimento Médico-Hospitalar e Ambulatorial

Este programa tem como objetivo “proporcionar assistência médico-sanitário à população do Distrito Federal, sob regime ambulatorial e de internação”. Sua dotação inicial é de R\$ 400 milhões, já suplementados em quase R\$ 28 milhões até abril. O valor autorizado em abril era de R\$ 427,8 milhões, sendo empenhados apenas 22,5%, R\$ 96,3, e liquidados 12,9%, R\$ 55,1 milhões.

O quadro abaixo apresenta a dimensão do atendimento nas clínicas específicas de mulheres na rede pública de saúde do DF:

⁵⁹ www.df.gov.br “Mutirão para prevenção ao câncer” 20/05/2009

⁶⁰ www.saude.df.gov.br SES investe na saúde da mulher 20/04/2009

⁶¹ www.erikakokay.com.br

Total de Consultas (ambulatório e emergência)

		2008	1º Trim/2009
Ginecologia	Ginecologia	490.261	118.533
	Cirurgia Ginecológica	10.941	2.691
	Climatério	8.454	2.204
	Fertilidade e Reprodução Humana	9.234	2.261
	Infanto-Puberal	589	130
	Mastologia	24.644	7.065
	Oncologia Ginecológica	18.469	4.606
	Planejamento Familiar	4.540	793
Obstetrícia	Obstetrícia	290.638	72.616
	Alto Risco	18.198	4.758

GDF - SES - SUPRAC
DICOAS - GECOAS - NCET

No Relatório de Contas Anuais 2007, o Tribunal de Contas do DF apresenta resultado de auditoria operacional da Secretaria de Saúde nº 26.145/07, com o objetivo de avaliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais da rede pública de saúde do DF:

“Verificou-se que não está sendo garantido a todos os usuários acesso às consultas nos postos e centros de saúde. Observou-se, ainda, que os tempos de espera por consultas nos ambulatórios e pelo resultado de exames solicitados comprometem o acesso dos usuários às consultas médicas e odontológicas na rede pública de saúde do DF. Em diversos casos, a procura por serviços nas unidades é maior do que a atual capacidade de prestá-los.”⁶²

A tabela abaixo demonstra o número de usuários que não conseguiram acesso à consulta, considerando ainda que os números estejam subestimados, devido a questões metodológicas. Observa-se que quase 13 mil mulheres deixaram de ser atendidas em consultas de Ginecologia e Obstetrícia.

⁶² www.tc.df.gov.br Relatório de Contas Anuais de Governo – 2007, pp127

REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO DF USUÁRIOS COM ACESSO NEGADO A CONSULTAS – NOVEMBRO DE 2007

Especialidade	Nº de usuários que procuraram atendimento	Nº de usuários que não conseguiram acesso às consultas
Clínica Médica	59.309	18.860
Ginecologia	33.902	9.259
Obstetrícia	12.302	2.773
Pediatria	40.222	8.352
Alergologia	1.885	567
Cardiologia	11.629	5.983
Cirurgia Geral	2.944	1.124
Doenças Vasc. Perif. (Angiologia)	4.101	2.985
Endocrinologia	4.737	1.540
Gastroenterologia	2.609	555
Hematologia	1.373	40
Medicina Física/Fisiatria	.275	424
Nefrologia	826	142
Neurocirurgia	761	135
Neurologia	7.037	3.790
Oncologia	2.912	413
Otorrinolaringologia	4.358	1.828
Pneumologia	1.359	195
Proctologia	2.565	1.292
Psiquiatria	4.813	2.750
Reumatologia	6.093	3.997
Traumatologia-Ortopedia	8.310	4.773
Urologia	5.587	3.830

TOTAL | 220.909

| 75.607

O tempo de espera para quem consegue agendar é outro grave problema⁶³. O tempo médio de espera em oncologia, por exemplo, é de 39,2 dias.

Especialidade	Tempo médio de espera por atendimento no DF (em dias)
Especialidades da Atenção Básica	
Clínica Médica*	9,5
Ginecologia*	7,8
Obstetrícia*	5,1
Especialidades Referenciadas Não-Reguladas	
Alergologia	94,0
Cardiologia	328,6
Cirurgia Geral	385,4
Doenças Vasc.Perif (Angiologia)	1731,5
Endocrinologia	194,8
Gastroenterologia	119,4
Hematologia	165,9
Medicina Física/Fisiatria	48,0
Neurocirurgia	65,9
Nefrologia	108,1
Neurologia	937,2
Oncologia	39,2
Otorrinolaringologia	1182,3
Pneumologia	88,1
Proctologia	714,7
Psiquiatria	268,3
Reumatologia	514,8
Traumatologia-Ortopedia	490,1
Urologia	215,3
Especialidades Referenciadas Reguladas	
Dermatologia	193,5

⁶³ Os dados referentes a especialidades de atenção básica não são fidedignos, pois não contemplam a demanda reprimida

Fonte: Processo nº 26145/07

*Dados não incluem a demanda reprimida.

Os resultados de exames realizados demoram mais de quatro meses para serem finalizados.

É preocupante a não realização de empenho ou liquidação de despesas em duas ações estratégicas para as mulheres neste programa: a ação 2661 Assistência às Famílias em Situação de Violência, com dotação de R\$ 220 mil, e a ação 6050 Prevenção, Controle do Câncer e Assistência Oncologia com dotação de R\$3,5 milhões. Em 2008 a ação 2661 executou apenas R\$ 233,00, mas a ação 6050 executou R\$ 13,5 milhões, valor quase 3 vezes superior ao previsto para 2009.

O Ministério da Saúde com a SES/DF firmou Convênio 644069 “Capacitação sobre Violência Doméstica e Sexual em Mulheres e Adolescentes” no valor de R\$ 127 mil e contrapartida de 10%, totalmente liberado, com vigência de 31/12/2008 a 27/10/2009.

Programa 2418 - Assistência a Saúde Mental

O programa conta com valor autorizado de R\$ 2,7 milhões, mas sua execução é insignificante até abril, cerca de R\$ 18 mil.

Programa 5000 - Atenção Primária em Saúde

A dotação inicial deste programa é de R\$ 11,6 milhões, mas já foi suplementada, alcançando quase R\$ 14, 4 milhões. Sua execução é baixa nos primeiros 4 meses do ano. Foram empenhados apenas 10%, R\$ 1,46 milhão, e liquidados R\$ 223 mil.

O subtítulo 01 Ações de Assistência a Saúde da Mulher, da ação 2156 Promoção da Saúde Materno, dispõe de dotação inicial de R\$ 220 mil, já suplementada, passando a ter valor autorizado de R\$ 647 mil. Até abril foram empenhados R\$ 1,1 mil e liquidados R\$ 445,00. Em 2008 foram realizadas despesas no valor de apenas R\$155 mil.

A mortalidade materna no DF, que reflete o acesso e a qualidade dos serviços ofertados às mulheres no período de gravidez, parto e puerpério, foi de 38,5 por cem mil em 2007, evento que poderia ser evitado na quase totalidade dos casos.⁶⁴

Segundo a SES, no 2º semestre serão realizados treinamentos decorrentes da assinatura do Convênio 644066 com o Ministério da Saúde, que tem como objeto a “Implementação de Ações de Prevenção, Promoção de Educação Continuada e Capacitação de Profissionais em Serviço para o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher no DF”, no valor de R\$ 181 mil, já liberado, com vigência de 31/12/2008 a 26/12/2009.

Na Rede de Assistência à Saúde, a Saúde da Mulher disponibiliza os seguintes serviços:⁶⁵

⁶⁴ www.tc.df.gov.br Relatório de Contas Anual 2007

- ≡ Assistência à gestação de Alto Risco (ambulatório e internação) - Presente em 6 hospitais regionais (HRAS, HRAN, HRS, HRT, HRC e HRG).
- ≡ Assistência ao casal infértil /Reprodução Humana (ambulatório e procedimentos cirúrgicos) - Presente em 5 hospitais regionais (HRAN, HRAS, HRG, HRT e HRC).
- ≡ Serviço de Reprodução Assistida - Presente em 1 hospital regional (HRAS).
- ≡ Assistência oncológica (ambulatório e procedimento cirúrgicos) - Presente em 7 hospitais (HRC, HRAS, HRAN, HBDF, HRS, HRT e HRG).
- ≡ Assistência ao climatério (ambulatório) - Presente em 3 regionais (HRAS, HRAN, HRC).
- ≡ Assistência infanto-puberal (ambulatório) - Presente em 3 hospitais regionais (HRAS, HRAN e HRC).
- ≡ Assistência ao parto e puerpério - Presente em 10 hospitais regionais (HRAS, HRAN, HRT, HRC, HRG, HRS, HRBz, HRP, HRPa, HRSam).

Casa de parto (assistência ao parto de baixo risco) - O DF dispõe de 01(uma) Casa de Parto, localizada em São Sebastião, que tem como referência o Hospital Regional da Asa Sul.

Na perspectiva de incorporação do enfoque étnico-racial em maio de 2009 o Secretário de Saúde assinou termo de compromisso com representantes da sociedade civil onde a SES/DF compromete-se a incorporar tal perspectiva nas metas do Plano Estadual de Saúde, Diretrizes, Programas e Ações, no intuito de contribuir para a redução de iniquidades e desigualdades raciais em saúde, considerando que a população negra possui demandas e problemas específicos em saúde. Organizações sociais reivindicam a criação e manutenção do Comitê Técnico de Saúde da População negra do DF, formado por representantes do governo e da Sociedade Civil, para o planejamento e fiscalização dessas políticas. Vale lembrar a não existência de ação orçamentária específica.

O programa Saúde da Família, principal estratégia da Atenção Primária é implementado através da ação 2335, que contava com dotação inicial de R\$ 6,1 milhões, e valor autorizado em abril de R\$ 8,2 milhões. No 1º quadrimestre do ano sua execução ainda é baixa, apenas 16,4% foram empenhados, R\$ 1,35 milhão, e 2% liquidados, R\$ 178 mil.

Os quadros abaixo apresentam informações sobre o grau de cobertura populacional do Programa Saúde da Família-PSF e da Estratégia Agentes Comunitários de Saúde-EACS e Estratégia Saúde Bucal.⁶⁶

⁶⁵ www.saudemulherdf.com.br

⁶⁶ <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/atencaobasica.php>

Agentes Comunitários de Saúde, Equipes de Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal, em atuação – competência DEZ/2006 e DEZ/2008

	% Acompanhamento pelo Agentes Comunitários de Saúde		% Acompanhamento pela Estratégia Saúde da Família		% Acompanhamento pela Estratégia Saúde Bucal		Número de Agentes Comunitários de Saúde		Número de Equipes da Estratégia Saúde da Família		Número de Equipes Estratégia Saúde Bucal	
	2006	2008	2006	2008	2006	2008	2006	2008	2006	2008	2006	2008
DF	11,2	13,6	3,5	5,6	0,6	0,6	453	564	24	39	2	2
CO	61,3	62,2	44,7	48,2	45,5	51,7	15968	16598	1838	2010	1238	1453
Brasil	59,1	60,4	46,2	49,5	39,8	45,3	219492	230244	26729	29300	15086	17807

Fonte: Ministério da Saúde- Departamento de Atenção Básica-DAB

Observa-se que a cobertura populacional das estratégias de atenção básica no DF destoa fortemente do restante do Brasil, certamente com sérios danos a saúde dos brasilienses.

A boa notícia é a efetivação dos 385 servidores do programa Saúde da Família como servidores do quadro do GDF em dezembro de 2008, possível após aprovação, de emenda a Lei Orgânica do DF na Câmara Legislativa permitindo a inclusão. Outros 916 concursados estão sendo convocados em 2009⁶⁷ e em junho de 2009 foi anunciado ainda à realização de concurso público para 400 vagas para agentes comunitários de saúde.⁶⁸

A população aguarda o cumprimento da meta de 300 equipes do Saúde da Família, conforme previsto no PPA 2008/2011.

⁶⁷ www.df.gov.br - Profissionais do Saúde na Família agora são servidores do GDF, 23/12/2008

⁶⁸ www.df.gov.br- SES - DF abre 400 vagas para Agente Comunitário de Saúde, 01/06/2009

TEMA: TRABALHO E RENDA

A inserção da mulher no mercado de trabalho revela mais uma face das desigualdades de gênero. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal⁶⁹, a taxa média de participação de janeiro a maio de 2009 no mercado de trabalho das mulheres foi de 59,7% enquanto a dos homens 71,38%. O desemprego atinge de forma muito mais intensa as mulheres e os negros(as). De janeiro a maio/2009 a taxa média de desemprego entre os homens foi de 13,72%, enquanto entre as mulheres atingiu 19,84%. Em relação à cor o desemprego atinge mais intensamente os negros, com taxa média de 17,88%, que os não negros, com taxa média anual de 14,68%.

A relação dos rendimentos percebidos pelas mulheres e homens tem apresentado tendência de crescimento, passando de 68,3% em abril/1999 a 71% em abril 2009, mais ainda muito abaixo do ritmo desejado.

As ações destinadas a garantir a autonomia econômica das mulheres desenvolvidas no âmbito do GDF têm alcance muito limitado, como será visto no decorrer da análise dos programas selecionados.

Foram selecionados 08 programas no tema Trabalho e Renda:

1000 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
1100 - DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS
1316 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA ÁREA RURAL
1453 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO(EP)
1458 - PROGRAMA TRABALHADOR MASTER(EP)
1463 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL(EP)
1466 - FOMENTO AO EMPREGO, TRABALHO E RENDA(EP)
3900 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

O conjunto dos programas dispõe na LOA/2009 de R\$ 266 milhões, mas no 1º quadrimestre foram cancelados R\$ 96 milhões, correspondendo a 36% do valor inicial. Assim, o valor autorizado é de R\$ 170,4 milhões. Foram empenhados 31%, R\$ 53,1 milhões, e liquidados 28%, R\$ 48 milhões.

⁶⁹ www.trabalho.df.gov.br PED- maio/2009

Programa 1000 - Desenvolvimento Científico e Tecnológico

A ação selecionada no programa *1000 Desenvolvimento Científico e Tecnológico*, Implantação do Projeto de Inclusão Digital, conta com valor autorizado de R\$ 3,2 milhões, mas até abril não apresentou execução orçamentária.

O DF Digital promovido pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Universidade de Brasília tem como objetivo de oferecer à população oportunidade de Inclusão Digital, mediante cursos de informática e internet, integrando também a Inclusão Social, através da capacitação profissional, lições de língua portuguesa e cidadania.⁷⁰

Programa 1100 - Desenvolvimento dos Agronegócios

Este programa, apesar do nome, inclui algumas ações dirigidas à agricultura familiar e ao micro, minis e pequenos produtores rurais.

A dotação inicial de R\$ 2,1 milhões da ação 2861 Assistência aos Produtores Rurais foi suplementada em mais de R\$ 3,6 milhões, dispondo ao final de abril de R\$ R\$ 5,7 milhões. Mas a execução ainda é muito baixa. Apenas 6% de empenho e liquidação, R\$ 347 mil. Ressalte-se que o principal subtítulo dessa ação é o 0001 Apoio aos Micro e Pequenos Produtores Rurais do DF.

Programa 1316 - Desenvolvimento Social da área Rural

O programa *1316 Desenvolvimento Social da área Rural*, tem como objetivo promover a melhoria das condições de vida dos produtores, trabalhadores e famílias das comunidades rurais do Distrito Federal. Na LOA/2009 foi aprovado o valor de R\$ 2,2 milhões, sendo suplementado no 1º quadrimestre em 30%. Assim, o valor autorizado é de R\$ 2,9 milhões. Sua execução também é muito baixa. Apenas 4% foram empenhados, R\$ 125 mil e 1% foi liquidado, R\$ 28 mil.

As atividades desenvolvidas neste programa estão em consonância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e tem como uma de suas diretrizes principais o atendimento prioritário à agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF foi criado no DF, em março de 1997, pelo Decreto nº 18.058 e reestruturado através do Decreto nº 22.068/2001.

O atendimento a mulher e evidenciado no Relatório de Atividades 2008:

“O público prioritário das ações de assistência técnica e extensão rural é a população rural. Entretanto, a implementação de políticas específicas nos diferentes segmentos da população rural, como agricultores familiares, mulheres, jovens e idosos, que recebem ações diferenciadas, levou a Empresa à criação de diferentes indicadores de público, a

⁷⁰ www.dfdigital.df.gov.br.

fim de acompanhar o desenvolvimento alcançado e os resultados dessas política... Deve-se destacar o grande número de atividades realizadas com a clientela de idosos e mulheres rurais, assim como trabalhadores rurais que são públicos prioritários na política de inclusão do Governo Federal. Esses atendimentos são voltados para atender a família rural na maioria das vezes fora do âmbito da produção agropecuária, buscando o resgate social e a inclusão da população rural”⁷¹

Em agosto de 2008 foi realizado o II Encontro Distrital de Mulheres Rurais da Agricultura Familiar do Distrito Federal, promoção, da Secretaria de Agricultura e da Emater-DF, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que contou com participação de cerca de 700 mulheres rurais. O evento debateu o papel da mulher na construção do desenvolvimento rural, além promover reuniões temáticas sobre o empreendedorismo e a violência contra a mulher no campo⁷².

Programa 1453 - Economia Solidária em Desenvolvimento

O programa conta com apenas uma ação, a ação 6305 Fomento a Geração de Emprego e Renda em Atividade de Economia Solidária, com dotação inicial de R\$ 815 mil. O subtítulo 0002 com mesmo nome da ação teve sua dotação inicial reduzida de R\$ 315 mil para apenas R\$ 500,00. Assim, o valor autorizado da ação e do programa é de R\$ 500,5 mil, sem nenhuma execução até abril.

É preciso reverte o pouco empenho do governo distrital no apoio as atividades de economia solidária, atividade onde as mulheres tem forte participação, através da realização de estudos e pesquisas, capacitação políticas de comercialização e redes de produção, criação de centros públicos de economia solidária, programa regional de feiras, assistência técnica e gerencial, compras governamentais, entre outros.

Programa 1458 - Programa Trabalhador Master

O programa *1458 Programa Trabalhador Master* tem como objetivo contribuir para a elevação do estoque de empregos formais de adultos com idade superior a 40 anos no setor privado do Distrito Federal. Sua dotação inicial é de R\$ 521 mil, com despesas realizadas no valor de R\$ 500 mil até abril, exigindo suplementação orçamentária.

⁷¹ GDF, Relatório de Atividades 2008, Prestação de Contas Anual do Governador

⁷² Mais de setecentas mulheres rurais comparecem a encontro promovido pelo MDA, Seapa e Emater-DF 20/08/2008

Programa 1463 - Qualificação Social e Profissional

Na LOA/2009 a dotação do programa *1463 Qualificação Social e Profissional* é de R\$ 11,1 milhões. Mas, até abril o programa teve sua dotação suplementada em mais de 100%, sendo seu valor autorizado de R\$ 22,4 milhões. A maior parte dos recursos tem como fonte convênios com o Governo Federal, cerca de 51%.

A ação 2900 Programa Jovem Trabalhador dispunha inicialmente de R\$ 1,3 milhões, foi suplementada, passando a R\$ 9,3 milhões ao final de abril, mas até o momento não houve execução desta despesa.

Esta ação está vinculada a dois subtítulos: 7549 Implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Trabalhador que tem como objetivo a qualificação profissional de jovens de 18 a 29 anos, desempregados, que concluíram ou estejam cursando os ensinos fundamental ou médio e que comprovem renda familiar de até um salário mínimo. As qualificações serão nas áreas de alimentação, vestuário, turismo e hospitalidade e serviços pessoais. A duração do curso é de seis meses com carga horária de 350h. Cada aluno receberá um kit aluno (camiseta, mochila e material didático), transporte, lanche, seguro de vida durante o programa e uma bolsa de R\$ 100 que poderá ser sacado com o Cartão Cidadão nas agências do Banco do Brasil. A meta é qualificar 6 mil jovens e inserir 1.800 mil destes no mercado de trabalho. O subtítulo 7551 Programa Jovem Empreendedor é um projeto de qualificação social e profissional à distância, de empreendedorismo para estudantes do curso de administração e funcionários das Associações Comerciais do DF. Está estruturado em duas etapas: curso e estágio. Participarão da etapa de estágio os 136 alunos que obtiverem melhor desempenho durante o curso.

Programa 1466 - Fomento ao Emprego, Trabalho e Renda

A dotação do programa *1466 Fomento ao Emprego, Trabalho e Renda* na LOA 2009 é de R\$ 30,3 milhões, sendo suplementada até abril em 30%. Assim, o valor autorizado é de R\$ 39,5 milhões, sendo empenhados apenas 19%, R\$ 7,5 milhões, e liquidados 11%, R\$ 4,5 milhões.

A ação 6044 Apoio as Ações de Artesanato, atividade onde predominam as mulheres, dispõe de R\$1,1 milhão, sendo empenhados apenas R\$ 571 mil até abril. Destaque para 02 subtítulos que explicitam o atendimento a mulher: 8592 Apoio as Atividades da ASMAES- Associação de Mulheres Artesãs e de Economia Solidária, com valor autorizado de R\$ 100 mil, mas sem execução e o subtítulo 7638 Apoio as Ações de Artesanatos-Capacitação de Mulheres residentes em Áreas de Alto Índice de Violência no DF, com valor autorizado de R\$ 391 mil, sendo empenhados R\$ 302 mil.

Segundo Relatório de Atividades 2008 a ação se destina a valorização do da produção artesanal, criando oportunidades de comercialização dos produtos e estimulando a capacitação empresarial. A inclusão do programa significa acesso à formalização de sua atividade, garantindo-lhe o direito de comercializar seus produtos com isenção do ICMS, receber assistência técnica e aperfeiçoamento profissional e participar de feiras e eventos similares promovidos pelo GDF

Outra ação relevante nesta área é o microcrédito operacionalizado através do Fundo para Geração de Emprego e Renda do DF – FUNGER/DF, agora denominado “Negócio Legal”. Não há prioridade de atendimento a mulher, mas elas têm representado boa parte da clientela

tomadora dos empréstimos, se não a maioria. Além do financiamento, o Negócio legal oferece assistência técnica e capacitação profissional aos micro e pequenos produtores urbanos e rurais, artesãos, feirantes, pequenos empreendedores do setor informal, cooperativas e associações de produção e trabalho. A ação orçamentária 9081 Financiamento a Pequenos Empreendimentos Econômicos conta com dotação inicial de R\$ 25,3 milhões e valor autorizado ao final de abril de R\$ 33,3 milhões. Até abril foram empenhados R\$ 6 milhões.

São beneficiários os microprodutores rurais e urbanos, artesãos, prestadores de serviços autônomos, feirantes e empreendedores do setor informal; cooperativas ou formas associativas de produção ou trabalho; microempresas e empresas de pequeno porte; recém-formados, para atuarem em sua área de formação. Os candidatos devem apresentar avalista que comprove renda superior a 3 vezes o valor da prestação ou aval solidário

Em julho de 2008 foi firmado Termo de Cooperação para implementação do “Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher” no Distrito Federal que visa possibilitar a autonomia econômica e financeira das mulheres e a igualdade de gênero e de raça no mercado de trabalho.⁷³ Estão envolvidos a SPM, o SEBRAE, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST/DF, e a Secretaria de Trabalho-SETRAB. As atividades são direcionadas a dois públicos específicos: mulheres empreendedoras que possam tanto criar negócios como desenvolver os existentes e as que estão em situação de pobreza e risco social. Inicialmente será realizado levantamento do potencial produtivo dos espaços geográficos do estado participante, reconhecimento das redes de desenvolvimento local e das possibilidades dos mercados locais e formação de consultores e instrutores com temas voltados ao empreendedorismo e gênero. Estão previstas a realização de palestras de sensibilização, seminários, cursos na área de empreendedorismo, oficinas de direcionamento estratégico para o negócio, cursos sobre perspectiva de gênero e autonomia das mulheres, alfabetização digital e oficinas de microcrédito produtivo. A meta é alcançar 800 mulheres até 2010⁷⁴

Programa 3900 - Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

Este é o principal programa do DF no tema Trabalho e Renda e envolve conjunto de ações de estímulo ao desenvolvimento econômico. Na LOA 2009 foram aprovados R\$ 208 milhões, mas o valor autorizado atual é de R\$ 86 milhões.

O cancelamento de R\$ 122 milhões se deu nas duas principais ações orçamentárias: 9061 Financiamentos Vinculados a Incentivos Creditícios do ICMS, cuja dotação caiu de R\$ 60,8 milhões para R\$ 33,2 milhões e 9062 Empréstimo Especial para o Desenvolvimento R\$ 125 milhões para R\$ 32,6 milhões. Ao mesmo tempo, são as duas ações que apresentam execução orçamentária até o momento, R\$ 9,9 milhões e R\$ 25,6 milhões respectivamente, além da ação 9068 Apoio a realização de eventos com liquidação de R\$1 milhão.

⁷³ www.sedest.df.gov.br Mulheres ganham oportunidade de negócios 16/07/08

⁷⁴ www.df.sebrae.com.br Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher chega ao Distrito Federal

O Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico, Integrado e Sustentável do Distrito Federal (Pró-DF) foi instituído pela Lei 2.427/99 e (Pró-DF II) pela Lei 3.196/03. Tem como tem por objetivo ampliar a capacidade da economia local na produção de bens e serviços e na efetiva geração de emprego, renda, receita tributária e promover o desenvolvimento econômico e social, sustentável e integrado do DF, através da concessão dos seguintes benefícios:

- I. crédito;
- II. financiamento especial para o desenvolvimento;
- III. fiscal;
- IV. econômico: descontos de até 80% para as empresas selecionadas pelo Governo adquirirem em terrenos dotados de infra-estrutura em setores estratégicos.
- V. infra-estrutura;
- VI. regime compensatório de competitividade;
- VII. capacitação empresarial e profissional;
- VIII. apoio para a recuperação ou preservação ambiental;
- IX. apoio para desenvolvimento de programas de responsabilidade social.

Mas, os programas têm sido alvo de críticas acerca de sua efetiva capacidade de geração de emprego e renda, da ausência de transparência e de controle social em todas as fases do processo de concessão dos benefícios além de conviver com freqüentes denúncias de irregularidades em todas as fases do processo de implementação dos empreendimentos. Para alguns os programas foram um grande fracasso no seu objetivo de geração de empregos, se limitando a transferência de patrimônio público e para a iniciativa privada, especialmente para as grandes empresas, em detrimento dos interesses dos micro e pequenos empresários, que também não contaram com linhas de crédito.⁷⁵

Urge a realização de avaliação rigorosa de todo o programa em suas várias dimensões. É preciso privilegiar os micro e pequenos negócios, que no Distrito Federal respondem por cerca de 92% de todos os empreendimentos produtivos da capital federal e das regiões administrativas, segundo dados do SEBRAE. O Redesenho do programa passa também pela incorporação do enfoque de gênero e raça em sua concepção, como estabelecimento de cotas, linhas especiais, ampliação dos direitos sociais, capacitação dirigida, entre outros.

Vale lembrar que fora da alçada do GDF, a SPM desde 2005 tem firmado convênios com a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do DF visando a “Alfabetização digital de mulheres e formação para o empreendedorismo”, e o Apoio ao Projeto “Mulher Ativa & Empreendedora”. Destaque para o Convênio 633854 com vigência até outubro de 2010, cujo

⁷⁵ www.districtaisdopt.org.br

objeto é o Projeto Mulher e Autonomia no Mundo do Trabalho no valor de R\$ 212.826,00, já liberados R\$ 127.695,6, com contrapartida R\$ 45.600,00.

Desde 2004 o SEBRAE realiza o Prêmio SEBRAE Mulher de Negócio, que conta com etapa estadual, regional e nacional. O prêmio é dividido em duas categorias, uma de proprietárias de microempresas e empresas de pequeno porte e outra de negócios coletivos, com foco em membros de grupos de produção formais, incluindo cooperativas e associações, desde que constituídas por empreendedoras de pequenos negócios com geração de trabalho e renda.

LOA 2009 - Orçamento Mulher Distrito Federal - Execução Orçamentária até Abril/2009

Tema: Direitos Humanos e Cidadania

Programa (Cod/Desc)	Acao Codig o	Acao Descricao	Subtítulo Código	Subtítulo Descrição	Dotação Inicial	Autorizado	Bloqueado	Empenhado	Liquidado
					51.238.500	73.250.390	619.000	13.988.490	2.474.393
0196 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO					62.936.826	65.786.826	-	20.987.986	7.715.380
	1685	MELHORIA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO			20.000	20.000	-	-	-
	1709	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO			10.100.000	10.150.000	-	-	-
	1720	REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO			8.010.000	9.010.000	-	656.186	-
	2191	RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO PRESO			18.713.826	18.713.826	-	2.491.250	1.926.203
	2540	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDÁRIOS			25.000.000	25.000.000	-	17.579.000	5.721.439
	3304	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO SEDE			500.000	500.000	-	-	-
	3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS			-	1.800.000	-	-	-
	8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS			593.000	593.000	-	261.550	67.738
1450 BRASÍLIA SEM HOMOFOBIA(EP)					340.000	340.000	-	-	-
	6307	AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA(EP)			340.000	340.000	-	-	-
			2	AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA - GLBTT	50.000	50.000	-	-	-
			8608	SEMINÁRIOS CONFERÊNCIAS E OUTROS EVENTOS PELOS GRUPOS ESTRUTURAÇÃO, COTURNO DE VÊNJUS, SAPATARIA COLETIVO, ETC	150.000	150.000	-	-	-
			8609	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS DE COMBATE A HOMOFOBIA	140.000	140.000	-	-	-
1501 DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS					18.801.754	20.617.250	419.000	3.484.889	1.539.015
	2094	PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA			1.090.000	1.090.000	-	-	-
	2426	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA REINTEGRA CIDADÃO			16.638.754	18.442.354	419.000	2.911.889	974.144
	2593	PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA			473.000	484.896	-	473.000	473.000
	2598	REALIZAÇÃO DE FÓRUNS, CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS			200.000	200.000	-	100.000	91.871
	2602	DEFESA DE DIREITOS HUMANOS			400.000	400.000	-	-	-
			8396	APOIO AS AÇÕES SOCIAIS DO INTEGRA- INSTITUTO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	200.000	200.000	-	-	-
			7490	CONCESSÃO DE AUXÍLIO FUNERÁRIO	100.000	100.000	-	-	-
			8397	FOMENTO À FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES DE DIREITOS HUMANOS	100.000	100.000	-	-	-
1502 DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER					2.792.000	3.478.302	200.000	85.500	85.145

	2562	MANUTENÇÃO À ATENÇÃO ESPECIALIZADA E PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA		2.792.000	3.478.302	200.000	85.500	85.145	
			2	ESPECIALIZADA E PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA -	2.792.000	3.478.302	200.000	85.500	85.145
1504 COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES									
		Programa nao consta da LOA/2009							
1505 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL									
	1947	PESQUISA E MAPEAMENTO DOS FOCOS DE TRABALHO INFANTIL		100.000	100.000	-	-	-	
1508 PROTEÇÃO À ADOLESCÊNCIA									
	2227	IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PÁTRIA AMADA		100.000	100.000	-	-	-	
	2717	IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO ESPORTE À MEIA NOITE		100.000	100.000	-	-	-	
	2754	IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PICASSO NÃO PICHAVA		100.000	100.000	-	-	-	
	2794	ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE		150.000	2.371.775	-	-	-	
2400 RESGATE SOCIAL COM DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO COMUNITÁRIA									
	2475	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FASES I E II		50.000	50.000	-	-	-	
	3030	MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO CEAJUR		269.746	269.746	-	33.442	-	
2411 PROTEÇÃO E AMPARO AO IDOSO									
	2268	ASSISTÊNCIA AO IDOSO		425.000	425.000	-	2.460	-	
2600 SEGURANÇA EM AÇÃO									
	1569	DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA		27.590.000	44.878.317	-	10.382.199	850.233	
	1984	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS		400.000	400.000	-	-	-	
			8200	REFERÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS DO RECANTO DAS EMAS.	200.000	200.000	-	-	
			8198	ESPECIALIZADAS EM ATENDIMENTO À MULHER EM CEILÂNDIA E PARANOÁ	100.000	100.000	-	-	
			8199	INTERDISCIPLINAR DE ATENDIMENTOS ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	100.000	100.000	-	-	
Tema: Educação e Cultura									

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cód)	Ação (Descrição)	Subtítulo (Cód)	Subtítulo Descrição	Dotação Inicial	Autorizado	Bloqueado	Empenhado	Liquidado
					51.942.507,00	43.847.464,00	15.286.643,00	6.231.372,50	1.566.233,63
0140 PROJETOS ESPECIAIS DE ENSINO					6.070.000	6.070.000	-	-	
	4009	TELECURSO			6.020.000	6.020.000	-	-	-
	3773	IGUALDADE NAS DIFERENÇAS			50.000	50.000	-	-	-
0142 EDUCANDO SEMPRE					16.865.184	17.743.400	2.544.784	4.480.947	1.361.786
	2388	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			14.582.118	15.460.334	2.544.784	4.224.396	1.242.786
	2392	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			102.500	102.500	-	39.690	-
	2393	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			2.180.566	2.180.566	-	216.861	119.000
0164 ESCOLA DE TODOS NÓS					17.777.323	8.804.064	12.741.859	848.687	204.448
	3271	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL			17.727.323	8.540.164	12.741.859	848.687	204.448
	3273	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			50.000	263.900	-	-	-
I250 ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO					10.000.000	10.000.000	-	901.349	-
	3531	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			10.000.000	10.000.000	-	901.349	-
I300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURA					1.230.000	1.230.000	-	390	-
	1749	PROJETO ARTE POR TODA PARTE			1.000.000	1.000.000	-	-	-
	2007	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS		Valor atividades selecionadas	650.000	650.000	-	390	-
			8291	APOIO A EXECUÇÃO DO PROJETO RAIZES AFRICANAS DESENVOLVIDO PELA INSTITUTO DE COOPERAÇÃO HUMANO E SOCIAL	50.000	50.000	-	390	-
			8292	APOIO A REALIZAÇÃO DO FESTIVAL CONEXÕES GRIÔ -INSTITUTO BRASIL CIDADÃO	200.000	200.000	-	-	-
			8293	APOIO ÀS ATIVIDADES DO PROJETOS SÃO BATUQUE-PICHAIM PRODUÇÕES	200.000	200.000	-	-	-
			8763	APOIO AOS PROJETOS MARIAS DA PÊIA E PROFISSÃO ARTE DE TEATRO	200.000	200.000	-	-	-
	2479	MANUTENÇÃO DO PROJETO MALA DO LIVRO			100.000	100.000	-	-	-
	2484	INCENTIVO A REALIZAÇÃO DE FILMES			380.000	380.000	-	-	-
	3350	CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL			100.000	100.000	-	-	-

			8474	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO CULTURAL AFRO BRASILEIRO DE BRAZLÂNDIA	100.000	100.000	-	-	-
1452 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA(EP)									
Programa não incluído na LOA 2009									

Tema: Gestão

Programa (Cod/Desc)	Acao Codig o	Acao Descricao	Subtítulo Código	Subtítulo Descrição	Dotação Inicial	Autorizado	Bloqueado	Empenhado	Liquidado
0100 - APOIO ADMINISTRATIVO					3.402.000	2.902.000	500.000	172.988	72.065
	2616	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA			200.000	200.000	-	-	-
	2665	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CODDEDE/DF			300.000	50.000	250.000	-	-
	2693	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CAS			468.000	468.000	-	78.500	-
	2766	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CDCA			50.000	50.000	-	-	-
	6030	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER			100.000	100.000	-	55.000	52.709
	6031	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DOS DIREITOS DO IDOSO			300.000	50.000	250.000	7.750	-
	6032	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DO NEGRO			400.000	400.000	-	31.739	19.356
	6056	APOIO ADMINISTRATIVO ÀS ATIVIDADES DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL			85.000	85.000	-	-	-
	6348	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL(EP)			1.499.000	1.499.000	-	-	-
					1.903.000	1.403.000	500.000	172.988	72.065

Tema: Habitacao e Desenvolvimento Urbano

Programa (Cod/Desc)	Acao Codig o	Acao Descricao	Subtítulo Código	Subtítulo Descrição	Dotação Inicial	Autorizado	Bloqueado	Empenhado	Liquidado
					536.689.061	588.691.461	622.800	182.916.672	76.603.510
0122 ABASTECIMENTO DE ÁGUA					4.227.791	31.708.291	-	7.923.882	3.341.755
	3023	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO			65.390	22.816.390	-	-	-
	3665	IMPLANTAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA			686.000	1.086.000	-	1.077.382	-
	7038	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DE ÁGUAS LINDAS			880.000	880.000	-	-	-
	7040	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DISTRITO FEDERAL			2.517.000	6.846.500	-	6.846.500	3.341.755

	7461	COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO DF - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF			37.401	37.401	-	-	-
	7463	ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ADE NO DISTRITO FEDERAL - PROGRAMA PRÓ-CIDADE CEF			42.000	42.000	-	-	-
01 24 ESGOTAMENTO SANITÁRIO					62.920.601	64.103.601	-	6.514.857	1.915.642
	3669	IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ESGOTOS			25.000	20.000	-	-	-
	5076	IMPLANTACAO DO TRATAMENTO DE ODOR NAS ETES DO DF(EP)			100.000	100.000	-	-	-
	5165	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ELIMINAÇÃO DO MAU CHEIRO NAS USINAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO(EP)			200.000	200.000	-	-	-
	7040	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DISTRITO FEDERAL			18.374.000	18.374.000	-	2.726.857	415.642
	7316	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA CIDADE DE ÁGUAS LINDAS			41.530.000	41.530.000	-	-	-
	7462	COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO DF - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF			2.649.601	3.837.601	-	3.788.000	1.500.000
	7464	ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ADE NO DISTRITO FEDERAL - PROGRAMA PRÓ-CIDADE CEF			42.000	42.000	-	-	-
01 50 BRASÍLIA SUSTENTÁVEL					22.696.000	40.790.139	400.000	21.009.732	7.352.162
	1565	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "BRASÍLIA SUSTENTÁVEL"			20.881.000	20.868.626	400.000	18.982.260	7.192.146
	1295	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - "BRASÍLIA SUSTENTÁVEL"			796.000	4.248.190	-	-	-
	1247	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA VILA ESTRUTURAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL			500.000	741.560	-	-	-
	1294	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL			100.000	12.185.599	-	138.508	-
	1260	IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL E URBANA DO PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL			219.000	610.417	-	-	-
	1573	IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA "BRASÍLIA SUSTENTÁVEL"			200.000	2.135.747	-	1.888.964	160.016
05 50 COMBATE À OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO					2.048.000	5.548.000	-	425.609	3.500
	1488	CONCESSÕES DE LICENCIAMENTOS URBANÍSTICOS E AMBIENTAL DOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS			5.000	5.000	-	-	-
	2402	MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL			738.000	738.000	-	-	-
	4011	REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL			1.300.000	4.800.000	-	425.609	3.500
	6312	REGULARIZAÇÃO DE CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS			5.000	5.000	-	-	-
10 50 GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUO SÓLIDO URBANO					239.244.837	240.527.946	-	65.183.368	44.241.890
	1714	CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO			5.000	5.000	-	-	-
	2079	EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA			226.914.837	226.914.837	-	64.121.190	44.160.372
	3001	ENCERRAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI			5.000	5.000	-	-	-
	3002	EXECUÇÃO DE OBRAS PARA COLETA E TRATAMENTO DIFERENCIADOS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS			3.000.000	4.283.109	-	1.060.922	81.518

	3004	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM PARA CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS			700.000	700.000	-	-	-
	3977	IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA DE LIXO			8.620.000	8.620.000	-	1.256	-
1200 DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL					82.135.471	78.860.471	-	4.315.882	3.188.190
	1033	criação de setores habitacionais			26.271.471	26.271.471	-	-	-
	1213	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS			1.038.000	1.038.000	-	-	-
	1677	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO DISTRITO FEDERAL			1.833.000	1.833.000	-	1.056.000	-
	2194	GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS FUNDO HABITACIONAL DO DF			10.000	10.000	-	-	-
	3010	criação do setor habitacional noroeste			40.042.000	40.042.000	-	-	-
	4013	ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA IMOBILIARIA			516.000	746.000	-	219.882	188.190
	4023	CHEQUE MORADIA			12.000.000	8.500.000	-	3.040.000	3.000.000
	4033	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL-PPP			210.000	210.000	-	-	-
	4045	GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL			190.000	190.000	-	-	-
	5010	criação da vila dos carroceiros(EP)			25.000	20.000	-	-	-
3100 ILUMINANDO O DISTRITO FEDERAL					112.449.551	112.469.751	222.800	73.227.999	16.172.100
	1763	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			31.554.919	31.482.119	222.800	6.000.000	3.505.000
	1836	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO			8.490.000	8.583.000	-	93.000	93.000
	3720	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO DF - "RELUZ - DF" - CONTRAPARTIDA DO GDF			4.200	4.200	-	-	-
	5070	ILUMINAÇÃO CAMPOS FUTEBOL AMADOR NO GAMA(EP)			100.000	100.000	-	-	-
	8507	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			72.000.000	72.000.000	-	66.999.999	12.555.816
	8873	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO			300.432	300.432	-	135.000	18.284
3300 MÃOS A OBRA					10.966.810	14.683.262	-	4.315.343	388.271
	3622	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DF - DRENAGEM PLUVIAL			662.000	2.307.731	-	1.158.329	25.106
	3625	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DF - MELHORIA DE REGULAÇÃO, CONTROLE AMBIENTAL, ESTUDOS E SUPERVISÃO			8.502.810	9.595.388	-	1.972.826	-
	3629	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DF - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS			1.382.000	1.301.977	-	300.000	-
	3937	REVITALIZAÇÃO DO LAGO VEREDINHA			210.000	210.000	-	-	-
	5695	ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSÃO			105.000	1.163.166	-	884.188	363.165
	7468	REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO			105.000	105.000	-	-	-

Tema: Identidade Etnico-racial

Programa (Cod/Desc)	Acao Codig o	Acao Descricao	Subtítulo Código	Subtítulo Descrição	Dotação Inicial	Autorizado	Bloqueado	Empenhado	Liquidado
1451 PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL(EP)									
		Programa nao consta da LOA/2009							

Tema: Proteção Social

Programa (Cod/Desc)	Acao Codig o	Acao Descricao	Subtítulo Código	Subtítulo Descrição	Dotação Inicial	Autorizado	Bloqueado	Empenhado	Liquidado
					296.442.137,00	282.221.447,00	13.649.522,00	76.761.826,26	57.445.880,03
0169 PROMOÇÃO COMUNITÁRIA									
					13.208.200	15.276.470	30.000	3.527.889	-
	1173	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE DOS MENINOS			50.000	50.000	-	-	-
	1951	CONSTRUÇÃO DE CRECHES COMUNITÁRIAS			3.337.000	3.337.000	-	-	-
	2094	PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA			320.000	320.000	-	-	-
	3246	CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO			3.272.800	3.272.800	-	-	-
	5058	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA EM SANTA MARIA(EP)			70.000	70.000	-	-	-
	5116	CONSTRUÇÃO DE CENTROS INTEGRADOS DE ARTESANATO(EP)			100.000	100.000	-	-	-
	5741	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO DO TRABALHADOR E PRODUTOR RURAL			182.000	4.420.270	-	3.167.919	-
	5762	CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO			5.572.400	3.402.400	30.000	359.970	-
	7294	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS			304.000	304.000	-	-	-
					1.682.000	782.000	430.000	121.000	121.000
0208 PROTEÇÃO SOCIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS									
	2491	LIMPEZA A GALOPE			2.000	2.000	-	-	-
	4012	SOCORRO SOCIAL			1.050.000	150.000	430.000	-	-
	6199	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			630.000	630.000	-	121.000	121.000
			6286	ATENDIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL AOS USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	200.000	200.000	-	121.000	121.000
			6287	APOIO AO NEGRO E AFRO-DESCENDENTES	50.000	50.000	-	-	-
			7847	PROVER PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO	50.000	50.000	-	-	-
			8602	APOIO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS E DEFICIENTES DE TAGUATINGA E CEILÂNDIA - APAED	80.000	80.000	-	-	-

			8605	APOIO AOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA APIL/DF, ASB, FENEIS, ADSB E OUTRAS ENTIDADES DE DEFESA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	200.000	200.000	-	-	-
			8604	MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CONVIVER - ASSISTÊNCIA À SAÚDE E A CIDADANIA - PROJETO CONVIVER	50.000	50.000	-	-	-
1461 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA(EP)					70.161.924	65.709.207	5.870.000	19.372.259	16.755.812
	3012	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (EP)			4.350.000	4.350.000	-	-	-
			1	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.800.000	1.800.000	-	-	-
			2	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE ORIENTAÇÃO SOCIOEDUCATIVA	2.500.000	2.500.000	-	-	-
			8428	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA INTEGRAL DO IDOSO	50.000	50.000	-	-	-
	3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS			2.215.000	2.215.000	-	-	-
			7885	REFORMA DE CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	500.000	500.000	-	-	-
			7886	REFORMA DE CENTROS DE ORIENTAÇÃO SOCIOEDUCATIVA	850.000	850.000	-	-	-
			8518	REFORMA E CONSTRUÇÃO DOS BANHEIROS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL	865.000	865.000	-	-	-
	6356	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS(EP)			27.015.904	22.564.150	5.000.000	5.312.139	4.954.693
			1	SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS - PAIF	3.257.000	3.627.287	-	643.359	643.359
			2	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA	8.000.000	3.317.462	5.000.000	315.900	28.240
			7	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA - PROJETO MULHERES DA PAZ	21.000	21.000	-	-	-
			8	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA - PROJETO OLARIA ECOLÓGICA	50.000	245.497	-	-	-

			9	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA - PROJETO ATENDA FAMÍLIA	3.000.000	3.000.000	-	-	-
			10	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA - PROJETO EXPRESSAÇÃO	8.000.000	8.000.000	-	4.206.000	4.206.000
			11	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA - PROJETO MULHERES EMPREENDEDORAS	21.000	21.000	-	-	-
			12	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA PARA JOVENS E ADULTOS - REDE CONVENIADA	1.931.904	1.931.904	-	146.880	77.094
			8647	APOIO AO INSTITUTO DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA - PRÓ-CIDADÃO	90.000	90.000	-	-	-
			8648	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E INCLUSAO PRODUTIVA PARA JOVENS - GAMA	200.000	200.000	-	-	-
			8649	APOIO A OASSAB - REFORMA DO CENTRO SOCIAL COMUNITARIO DE TAGUATINGA	75.000	75.000	-	-	-
			8650	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E INCLUSAO PRODUTIVA PARA JOVENS - CEILANDIA	200.000	200.000	-	-	-
			8651	PROMOVENDO A INCLUSÃO SÓCIO ECONÔMICA DAS PESSOAS EM VULNERABILIDADE	2.020.000	1.685.000	-	-	-
			8652	SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA - PROJETO CARNAVAL INDÚSTRIA SOCIAL	50.000	50.000	-	-	-
			8653	SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA - PROJETO INCUBADORA	50.000	50.000	-	-	-
			8654	SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA - PROJETO COM LICENÇA EU VOU A LUTA	50.000	50.000	-	-	-
6357	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA(EP)				27.561.007	27.068.631	870.000	12.041.241	10.247.000

			2	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS - REDE CONVENIADA - OCA	11.226.940	11.247.712	-	10.369.158	8.718.603
			3	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS EM LARES DE CUIDADOS DIURNOS - BOLSA - OCA	444.000	444.000	-	112.100	112.100
			4	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS EM CENTROS DE CONVIVÊNCIA - REDE CONVENIADA	1.054.073	272.737	870.000	9.720	9.720
			7338	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - PROJÓVEM ADOLESCENTE - OCA	2.513.000	2.781.188	-	71.726	71.726
			7339	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - PROJETO JOVEM DO FUTURO - BOLSA - OCA	2.250.000	2.250.000	-	-	-
			7340	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS - PROJETO MESTRE DO SABER - BOLSA	747.000	747.000	-	-	-
			7341	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 14 ANOS - REDE CONVENIADA - OCA	9.325.994	9.325.994	-	1.478.537	1.334.852
6358		ações socioeducativas para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil(ep)			1.073.919	1.565.332	-	793.479	346.237
			1	SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - JORNADA AMPLIADA - OCA	1.073.919	1.565.332	-	793.479	346.237
6359		ações socioeducativas e de convivência geracional e intergeracional(ep)			3.608.000	3.608.000	-	65.400	47.882
			3	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA GERACIONAL E INTERGERACIONAL DE 6 A 65 ANOS	3.258.000	3.258.000	-	65.400	47.882
			8655	APOIAR ATIVIDADES E EVENTOS SOCIAIS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	50.000	50.000	-	-	-
			8656	INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA MÚSICA DE BANDAS E FANFARRAS	300.000	300.000	-	-	-
6361		benefícios eventuais(ep)			4.338.094	4.338.094	-	1.160.000	1.160.000
			1	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - AUXÍLIO POR MORTE	914.030	914.030	-	-	-
			2	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - AUXÍLIO POR NATALIDADE	456.500	456.500	-	-	-

			3	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ATENDIMENTO A SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIAS SOCIAIS	1.000.000	1.000.000	-	-	-
			4	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ATENDIMENTO A SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL	1.967.564	1.967.564	-	1.160.000	1.160.000
1462 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL(EP)					20.830.974	20.884.253	-	1.912.670	1.636.583
	3013	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			5.050.000	5.050.000	-	-	-
			1	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000.000	1.000.000	-	-	-
			4	CONSTRUÇÃO DE CASAS LARES	700.000	700.000	-	-	-
			5	CONSTRUÇÃO DE REPÚBLICAS	400.000	400.000	-	-	-
			6	CONSTRUÇÃO DE ALBERQUE	2.950.000	2.950.000	-	-	-
	3050	CONSTRUÇÃO DA CIDADE DOS MENINOS			1.021.000	1.021.000	-	-	-
	6352	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ÀS FAMILIAS(EP)			6.776.000	6.788.906	-	203.412	106.096
			1	SERVIÇO DE PLANTÃO SOCIAL	50.000	50.000	-	-	-
			2	SERVIÇOS ESPECIALIZADO DE ABORDAGEM SOCIAL NAS RUAS	644.000	644.000	-	-	-
			3	SERVIÇOS ESPECIALIZADO DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA	278.000	278.000	-	-	-
			5	SERVIÇO DE ACOlhIDA EM CASA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - CASAS LARES - ABRIRE - OCA	551.000	551.000	-	141.580	62.389
			6	SERVIÇO DE ACOlhIDA EM CASA DE PASSAGEM PARA ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO - OCA	163.000	163.000	-	-	-
			7	SERVIÇO DE ACOlhIDA EM CASA DE PASSAGEM PARA ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO - OCA	130.000	130.000	-	-	-
			9	SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL A SITUAÇÕES DE NATUREZA ESPECIAL - GAE	350.000	350.000	-	-	-
			11	SERVIÇO DE ACOlhIDA EM CASA DE PASSAGEM PARA IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE MIGRAÇÃO	115.000	115.000	-	-	-
			12	SERVIÇO DE ACOlhIDA EM FAMÍLIA ACOlhEDORA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - OCA	1.098.000	1.098.000	-	-	-

			13	SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL NO DOMICÍLIO PARA IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	1.287.000	1.287.000			
			14	SERVIÇO DE ACOLHIDA EM REPÚBLICA PARA JOVENS E ADULTOS	292.000	292.000	-	-	-
			7204	SERVIÇO DE ACOLHIDA EM HOSPEDARIA PARA INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS - PROJETO NOITE ACOLHEDORA	1.118.000	1.118.000	-	-	-
			7205	SERVIÇO DE ACOLHIDA EM CASA DE PASSAGEM PARA MULHERES DESABRIGADAS - CASA FLOR	153.000	153.000	-	-	-
			7206	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE PROTEÇÃO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	447.000	459.906	-	61.832	43.707
			8642	APOIO PARA REALIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DO CENTRO DE REINTEGRAÇÃO DEUS PROVERÁ EM PLANALTIMA	100.000	100.000	-	-	-
	6353	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL(EP)			7.983.974	8.024.347	-	1.709.258	1.530.487
			1	SERVIÇO DE ACOLHIDA EM ABRIGO PARA IDOSOS - REDE CONVENIADA	2.216.000	2.216.000	-	154.980	122.302
			2	SERVIÇO DE ACOLHIDA EM ABRIGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - REDE CONVENIADA	801.309	801.309	-	556.827	535.414
			3	SERVIÇO DE ACOLHIDA EM ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - REDE CONVENIADA - OCA	1.013.624	1.013.624	-	248.571	213.612
			4	SERVIÇO DE ACOLHIDA EM ALBERGUE PARA FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - REDE CONVENIADA	111.634	111.634	-	10.980	10.980
			5	SERVIÇO DE REFERÊNCIA E APOIO À HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - REDE CONVENIADA	2.316.407	2.356.780	-	490.650	484.120
			6	SERVIÇO DE ACOLHIDA EM ALBERGUE PARA FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - ALBERCON	745.000	745.000	-	247.250	164.060
			8	APOIO A ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO	150.000	150.000	-	-	-
			9	APOIO A ENTIDADE CENTRO ESPÍRITA SEBASTIÃO O MÁRTIR	150.000	150.000	-	-	-

			10	APOIO A ENTIDADE OBRAS ASSISTENCIAIS CENTRO ESPÍRITA IRMÃO JORGE	150.000	150.000	-	-	
			11	APOIO A ENTIDADE CASA DO CANDANGO	150.000	150.000	-	-	-
			8643	APOIO AO PROJETO DO INSTITUTO DE PESQUISA E AÇÃO COMUNITÁRIA	50.000	50.000	-	-	-
			8644	APOIO A ENTIDADE CENTRO DE REINTEGRAÇÃO DEUS PROVERÁ - CRDP	50.000	50.000	-	-	-
			8645	PROGRAMA SOMADO FORÇAS PSF	50.000	50.000	-	-	-
			8646	APOIO AO LIONS CLUB GAMA PARA A CONSTRUÇÃO DE CLÍNICA OFTALMOLOGICA PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NO GAMA	30.000	30.000	-	-	-
I 1464 RESPONSABILIDADE SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR(EP)					25.814.059	25.144.059	-	252.868	252.868
	2094	PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA			3.121.000	2.451.000	-	-	-
			8345	INFRAESTRUTURA DO CENTRO DE REINTEGRAÇÃO DEUS PROVERÁ	30.000	30.000	-	-	-
			6944	PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	21.000	21.000	-	-	-
			7887	CONCESSÃO DE ENXOVAL PARA MULHERES GESTANTES	400.000	400.000	-	-	-
			8354	APOIO À MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REINTEGRAÇÃO DEUS PROVERÁ	50.000	50.000	-	-	-
			8359	PROJETO "CÃO GUIA DE CEGOS" DESENVOLVIDO PELO INTEGRA	150.000	250.000	-	-	-
			8360	PROJETO "MEU FILHO, MINHA VIDA" A SER DESENVOLVIDO PELO INTEGRA	150.000	-	-	-	-
			8365	JOVEM APRENDIZ	100.000	100.000	-	-	-
			6943	PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	400.000	400.000	-	-	-
			7886	COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR PARA MULHERES GESTANTES	1.200.000	1.200.000	-	-	-
			7875	APOIO AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS	500.000	-	-	-	-
			7876	APOIO AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS - MST	120.000	-	-	-	-
	4944	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA RENDA UNIVERSIDADE			12.725.949	12.725.949	-	252.868	252.868
	5762	CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO			9.967.110	9.967.110	-	-	-
I 1750 VIDA MELHOR					136.714.000	129.444.478	7.269.522	39.738.181	34.578.877

	4015	CESTA VERDE			6.000.000	6.000.000	-	3.240.000	2.981.624
	4016	BOLSA SOCIAL			32.200.000	32.001.829	198.171	9.258.791	9.258.791
	4041	NUTRINDO A MESA			37.000.000	29.928.649	7.071.351	10.203.824	7.620.564
	4042	RESTAURANTE COMUNITÁRIO			18.010.000	18.010.000	-	4.345.822	2.028.153
	4043	BOLSA ESCOLA			40.000.000	40.000.000	-	12.689.745	12.689.745
	4044	BOLSA ALFABETIZAÇÃO			1.800.000	1.800.000	-	-	-
	9094	ISENÇÃO DE TARIFAS PÚBLICAS			1.704.000	1.704.000	-	-	-
2403 PROTEÇÃO E CUIDADO INFANTIL					3.730.000	730.000	-	-	-
	2815	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA			3.650.000	650.000	-	-	-
	6199	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			80.000	80.000	-	-	-
				MANUTENÇÃO DE MENORES EM REGIME DE ABRIGO MANTIDO PELO LAR SÃO JOSÉ EM TAGUATINGA	80.000	80.000	-	-	-
2409 APOIO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS					24.300.980	24.250.980	50.000	11.836.960	4.100.740
	1227	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MÃO NA RODA			420.000	420.000	-	-	-
	2277	COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS PARA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA			410.000	360.000	50.000	-	-
	2495	EQUITAÇÃO TERAPÊUTICA - EQUOTERAPIA			215.000	215.000	-	-	-
	6016	FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES			22.000.000	22.000.000	-	11.836.960	4.100.740
	9074	APOIO AO ESPORTE PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E OU MENTAL			1.255.980	1.255.980	-	-	-
Tema: Saúde									
Programa (Cod/Desc)	Acao Codig o	Acao Descricao	Subtítulo Código	Subtítulo Descrição	Dotação Inicial	Autorizado	Bloqueado	Empenhado	Liquidado
					670.233.193,00	708.826.090,00	2.161.111,00	208.023.155,66	95.339.992,00
0211 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA					195.465.600	195.465.600	-	85.302.389	32.755.578
	6145	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL			111.500.000	111.500.000	-	52.516.609	17.885.697
	6146	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESPECIAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO			83.965.600	83.965.600	-	32.785.780	14.869.881
0214 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS/DF					60.638.040	68.618.471	2.161.111	24.913.419	7.204.373
	1670	CONSTRUÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE			1.410.000	1.360.000	-	-	-
	1859	AMPLIAÇÃO DE HOSPITAL REGIONAL			9.300.000	9.250.000	50.000	-	-
			7751	CONSTRUÇÃO DO BLOCO MATERNO-INFANTIL DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA	10.000	10.000	-	-	-

			7752	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA E BLOCO PEDIÁTRICO NO HOSPITAL REGIONAL DE PLANALTINA	10.000	10.000	-	-	-
			8168	CONSTRUÇÃO DO BLOCO MATERNO INFANTIL - ANEXO DO HRT DE TAGUATINGA	80.000	80.000	-	-	-
			8169	CONSTRUÇÃO DO BLOCO MATERNO-INFANTIL DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO	5.000.000	5.000.000	-	-	-
			8170	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA E BLOCO PEDIÁTRICO NO HOSPITAL REGIONAL DE PLANALTINA	50.000	-	50.000	-	-
			8171	CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DA FARMÁCIA CENTRAL	500.000	500.000	-	-	-
			8172	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA	1.650.000	1.650.000	-	-	-
			8173	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE ESPERA DE ATENDIMENTO NAS EMERGÊNCIAS NOS HOSPITAIS DA REDE	2.000.000	2.000.000	-	-	-
	3044	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE			6.930.000	6.930.000	-	-	-
	3266	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE			90.000	40.000	-	-	-
	3307	CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL REGIONAL			1.000.000	1.000.000	-	-	-
	3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS			12.059.940	19.171.940	-	9.811.721	23.098
	3487	MELHORIA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE			29.608.100	30.626.531	2.111.111	15.101.698	7.181.275
	5047	CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE NO VALE DO AMANHECER EM PLANALTINA(EP)			10.000	10.000	-	-	-
	5101	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS HOSPITAIS REGIONAIS(EP)			10.000	10.000	-	-	-
	5171	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL(EP)			210.000	210.000	-	-	-
	6314	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA(EP)			10.000	10.000	-	-	-
0300 ASSISTÊNCIA INTEGRAL MATERNO-INFANTIL									
		O programa não está incluído na LOA/2009							
0400 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E AMBULATORIAL									
					399.978.353	427.811.726	-	96.324.274	55.139.512
	2011	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES			25.500.000	25.500.000	-	5.696.288	5.696.288
	2060	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU/192			14.076.000	14.076.000	-	2.067.804	157.604

	2068	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR			52.000.000	52.000.000	-	15.940.657	15.811.845
	2103	ASSISTÊNCIA MÉDICA A DEPENDENTES			18.360.153	32.039.974	-	786.311	21.433
	2145	MANUTENÇÃO DE CONTRATOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS			204.100.000	214.057.000	-	47.903.897	18.632.320
	2154	AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR			77.901.200	82.097.752	-	23.699.590	14.596.245
	2661	ASSISTÊNCIA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA			220.000	220.000	-	-	-
	4032	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NOS CENTROS REGIONAIS DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR			720.000	720.000	-	-	-
	6015	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE APOIO À SAÚDE DO TRABALHADOR			480.000	480.000	-	3.124	1.484
	6050	PREVENÇÃO, CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA			3.501.000	3.501.000	-	-	-
	6052	ASSISTÊNCIA VOLTADA À INTERNAÇÃO DOMICILIAR			2.950.000	2.950.000	-	226.603	222.293
	6301	MANUTENÇÃO DA POLICLINICA DA POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL(EP)			170.000	170.000	-	-	-
2418 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MENTAL					2.550.000	2.565.007	-	21.633	17.982
	1853	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA PSICOSOCIAL			1.520.000	1.520.000	-	-	-
	2030	APOIO E PROGRAMAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO DEPENDENTE QUÍMICO E DOENTE CRÔNICO			230.000	230.000	-	-	-
	6053	ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL			800.000	815.007	-	21.633	17.982
5000 ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE					11.601.200	14.365.286	-	1.461.441	222.546
	2102	ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL			800.000	800.000	-	-	-
	2156	PROMOÇÃO DA SAÚDE MATERNO-INFANTIL			1.206.400	1.633.400	-	1.113	445
			1	AÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER - SWAP	220.000	647.000	-	1.113	445
			2	AÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CRIANÇA - SWAP	986.400	986.400	-	-	-
	2335	SAÚDE EM FAMÍLIA			6.076.800	8.210.800	-	1.348.126	177.903
	2551	ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO IDOSO			98.000	98.000	-	-	-
	6048	AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE DO ADULTO			200.000	403.086	-	6.560	6.560
	6049	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL			800.000	800.000	-	99.898	37.639
	6051	AÇÕES BÁSICAS DE ATENDIMENTO AO DIABÉTICO			725.000	725.000	-	-	-
	6055	ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA O SISTEMA PRISIONAL			1.695.000	1.695.000	-	5.744	-

Tema: Trabalho e Renda

Programa (Cod/Desc)	Acao Codig o	Acao Descrição	Subtítulo Código	Subtítulo Descrição	Dotação Inicial	Autorizado	Bloqueado	Empenhado	Liquidado
					266.206.826	170.428.475	10.759.550	53.138.479	48.099.839

1316 DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA ÁREA RURAL				2.249.600	2.934.714	-	124.499	27.706
	2775	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA		632.000	588.889	-	105.000	21.244
	2889	APOIO E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DO PRONAF		733.600	1.461.825	-	19.499	6.463
	3568	ELETRIFICAÇÃO RURAL		84.000	84.000	-	-	-
	9078	DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES PARA MICROPRODUTORES RURAIS		800.000	800.000	-	-	-
I453 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO(EP)				815.000	500.500	-	-	-
	6305	FOMENTO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM ATIVIDADE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA(EP)		815.000	500.500	-	-	-
			2 FEDERAL	315.000	500	-	-	-
			8606	200.000	200.000	-	-	-
			8607	300.000	300.000	-	-	-
I458 PROGRAMA TRABALHADOR MASTER(EP)				521.000	521.000	-	500.000	500.000
	6331	PROGRAMA TRABALHADOR MASTER(EP)		521.000	521.000	-	500.000	500.000
I463 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL(EP)				11.064.025	22.367.430	1.219.550	5.908.800	5.506.800
	2371	CAPACITAÇÃO DE GESTORES E OPERADORES		100.000	100.000	-	-	-
	2579	CAPACITAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PRÓ-FAMÍLIA		1.000.000	1.000.000	-	-	-
	2695	ASSISTÊNCIA, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE EMPREENDEDORES		791.575	501.575	-	-	-
	2706	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR - CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DE MÃO-DE-OBRA		5.607.450	9.189.920	205.400	4.058.800	3.656.800
	2900	PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR		1.315.000	9.325.935	1.014.150	-	-
			7549	1.215.000	8.846.400	953.925	-	-
			7551	100.000	479.535	60.225	-	-
	6165	COMBATE EMERGENCIAL AO DESEMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL		2.250.000	2.250.000	-	1.850.000	1.850.000
I466 FOMENTO AO EMPREGO, TRABALHO E RENDA(EP)				30.331.975	39.482.943	9.290.000	7.517.665	4.520.137
	1873	APOIO AOS MICROS EMPREENDEDORES URBANOS E RURAIS		791.575	501.575	-	-	-
	2043	APOIO ÀS AÇÕES DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO		1.026.500	858.500	-	-	3.687.213
	2044	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR - INTERMEDIÇÃO DE EMPREGO		544.000	1.702.222	-	546.139	280.201

2698	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR - APOIO OPERACIONAL AO SEGURO DESEMPREGO			377.000	728.074	-	369.813	290.863
2705	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR - ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE EMPREGO			637.000	1.200.000	-	30.360	30.360
6044	APOIO ÀS AÇÕES DE ARTESANATO			1.622.500	1.144.500	-	571.352	-
		3598	APOIO ÀS AÇÕES DE ARTESANATO NO RECANTO DAS EMAS	88.000	88.000	-	-	-
		8592	APOIO ÀS ATIVIDADES DA ASMAES - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ARTESÃS E DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.	100.000	100.000	-	-	-
		7633	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIO PARA MONTAGEM DE MARCENARIA PARA OFINICAS DE ARTESANATO	78.000	-	-	-	-
		7635	APOIO FINANCEIRO À CERTIFICAÇÃO DO ARTESANATO DO DF, PROMOVIDA PELO INSTITUTO CENTRO CAPE	155.000	5.000	-	-	-
		7636	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MERCADO DAS ARTES	128.000	8.000	-	-	-
		7638	APOIO AS AÇÕES DE ARTESANATOS - CAPACITAÇÃO DE MULHERES RESIDENTES EM ÁREAS DE ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL	391.000	391.000	-	301.989	-
		8593	APOIO A PROJETO DE PRODUÇÃO DE ARTESANATO COM SUCATAS	80.000	80.000	-	-	-
		7631	APOIO AS AÇÕES DE ARTESANATO	577.500	447.500	-	269.363	-
		3597	APOIOS ÀS AÇÕES DE ARTESANATO EM SAMAMBAIA	25.000	25.000	-	-	-
6045	APOIO OPERACIONAL E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO			3.000	3.000	-	-	231.500
9081	FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS			25.330.400	33.345.072	9.290.000	6.000.000	-
3900 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL				208.042.830	86.184.157	100.000	37.158.720	36.514.480
1094	IMPLANTAÇÃO DO POLO DE DESENVOLVIMENTO COMPARTILHADO			200.000	200.000	-	-	-
2913	APOIO À IMPLANTAÇÃO DO PÓLO DE TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL			1.200.000	1.200.000	-	-	-
2939	APOIO À INSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO, RELOCALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EMPRESAS			264.190	264.190	-	-	-
3659	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS			3.404.495	2.249.495	-	-	-
3663	PROMOÇÃO DE CAPACITAÇÃO GERENCIAL E PROFISSIONAL DAS EMPRESAS DO DF			230.544	230.544	-	-	-

